



Universidade de Aveiro

Ano 2013

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do
Território

Cláudia Teresa Martins Ferreira **A cobertura do *The New York Times* da Revolução Portuguesa, 1974-1976**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre de Ciência Política, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Varqá Carlos, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

“I don't see why we need to stand by and watch a country go communist due to the irresponsibility of its people. The issues are much too important for the (...) voters to be left to decide for themselves.” - Henry A. Kissinger

O júri

Presidente

Professor Doutor Luís Manuel Macedo Pinto de Sousa
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Vogal – Arguente Principal

Professor Doutor José António Afonso Santana Pereira Santucci
Investigador de Pós Doutoramento do Instituto de Ciências Sociais – ICS-UL

Vogal – Orientador

Professor Doutor Varqá Carlos Jalali
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, o Professor Varqá Carlos Jalali, por todo o apoio e disponibilidade que ofereceu durante a elaboração deste trabalho.

Agradeço também à minha família e amigos por todo o apoio e carinho que foram indispensáveis para a concretização desta dissertação.

Palavras-chave

Portugal, Transição para a Democracia, Revolução portuguesa, Cobertura Mediática, Guerra Fria, media frames.

Resumo

Portugal tornou-se um caso de enorme visibilidade (senão mesmo popularidade) a nível mundial no período que se seguiu à Revolução de 1974 (Linz & Stepan, 1996: 118). Este interesse reflecte, por um lado, o carácter inovador da Revolução portuguesa; mas, também, a sua complexidade e interacção com um contexto geopolítico bipolar.

Nesta investigação analisamos a cobertura jornalística da Revolução Portuguesa levada a cabo por um jornal de referência norte-americano, o *The New York Times*, a célebre *gray lady* do jornalismo americano. A selecção deste jornal prende-se com a importância de compreender de que forma o jornalismo americano fez a cobertura do processo revolucionário em Portugal, no contexto da Guerra Fria. Como Maxwell (1995:78) destaca, os aliados ocidentais não estavam preparados para a Revolução do 25 de Abril e reagiram com pânico ao desenrolar dos acontecimentos em Portugal – tornando assim relevante abordar como a imprensa de referência americana analisou a Revolução portuguesa.

Este estudo também permitirá ajudar a compreender de que forma os meios de comunicação social fazem a cobertura mediática de processos de transição para a democracia por ruptura (Munck & Leff, 1997; Huntington, 2009; Share 1989), uma vez que a mudança de regime em Portugal ocorreu nesse mesmo contexto e o caso português pode ser considerado um arquétipo desta tipologia.

A metodologia de análise para este estudo é a análise de conteúdo, tendo sido analisadas 244 notícias sobre Portugal publicadas no *The New York Times* entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Abril de 1976.

Keywords

Portugal, Transition to Democracy, Portuguese Revolution, Media coverage, Cold War, Media Frames.

Abstract

Portugal has become a case of massive visibility (if not popularity) worldwide in the period that followed the Revolution of 1974 (Linz & Stepan 1996:118). This interest reflects the innovative nature of the Portuguese revolution, but also its complexity and interaction in a bipolar geopolitical context.

In this research we analyze the coverage of the Portuguese revolution carried out by a newspaper of reference in the U.S. - *The New York Times* - the famous *Gray Lady* of the American journalism. The selection of this paper deals with the importance of understanding how the american journalism made the cover of the revolutionary process in Portugal in the context of the Cold War. As Maxwell (1995:78) points out, the Western Allies were not prepared for the Revolution of April 25 and reacted with panic to the unfolding events in Portugal - thus making it important to address how the American mainstream press analyzed the Portuguese Revolution.

This study will also help to understand how the media does the coverage of transitions to democracy through rupture (also known as *replacement*) (Munck & Leff, 1997; Huntington, 2009; Share, 1989), since the change of regime in Portugal occurred in that same context and the Portuguese case can be considered an archetype of this typology.

The methodology of analysis used for this study is content analysis which lead to the analysis of 244 news about the portuguese revolution published in *The New York Times* between April 25 1974 and April 25 1976.

Índice de Títulos

| | |
|--|----|
| Capítulo 1 – A Democratização Portuguesa | 1 |
| Capítulo 1 – A Democratização Portuguesa | 1 |
| 1.1 - Introdução | 1 |
| 1.2 – Democracia: Transição e Consolidação Democrática. | 2 |
| 1.3 – Transição Democrática | 5 |
| 1.4 - Tipologia de transição democrática | 7 |
| 1.5 - A Terceira Vaga de Democratização | 14 |
| 1.6 - Conclusão | 15 |
| Capítulo 2 – Os média e a <i>Gray Lady</i> | 17 |
| 2.1 – A importância de estudar os média..... | 17 |
| 2.1.1 – <i>A Imprensa Americana & a Gray Lady</i> | 17 |
| 2.2 - Framing | 20 |
| 2.2.1 – <i>Framing e a Guerra Fria</i> | 25 |
| 2.3 – Estudos sobre a cobertura mediática da Revolução portuguesa: Brasil e Espanha | 26 |
| 2.4 – Conclusão..... | 30 |
| Capítulo 3 – Transição para a Democracia em Portugal e a visão de Washington | 32 |
| 3.1 – A Revolução Portuguesa..... | 32 |
| 3.2 – Os EUA e a Revolução Portuguesa | 45 |
| Capítulo 4 – Metodologia e Hipóteses | 50 |
| 4.1 – Objectivo, questão de investigação e hipóteses do estudo | 50 |
| 4.2 – Metodologia de Investigação e caracterização dos dados | 57 |
| Capítulo 5 – Análise da Cobertura Mediática do The New York Times à Revolução portuguesa 1974-1976. | 62 |
| 5.1 - Negativismo e cepticismo na cobertura mediática do NYT. | 62 |
| 5.2 – A cobertura mediática dos actores políticos portugueses. | 68 |
| 5.3 – Os actores políticos americanos e a transição portuguesa para a Democracia..... | 73 |
| 5.4 – O arquétipo das transições para a Democracia por Revolução | 77 |
| Capítulo 6 – Conclusões | 80 |
| Referências | 83 |

Índice de Tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Tipologia de Transições para a democracia | 12 |
| Tabela 2 - Cronologia do Processo Revolucionário | 32 |
| Tabela 3 - Resultados das eleições para a Assembleia Constituinte (25 de Abril de 1975) | 40 |
| Tabela 4 - As três fases do processo revolucionário | 60 |
| Tabela 5 - Caracterização dos dados | 60 |
| Tabela 6 - Variáveis em estudo nas diferentes hipóteses | 61 |
| Tabela 7 - Média de críticas por notícias a actores políticos e instituições | 70 |
| Tabela 8 - Cepticismo dos actores políticos americanos relativamente a actores políticos portugueses..... | 75 |
| Tabela 9 - Actores Políticos Americanos e NYT | 76 |

Índice de Gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 2 - Cepticismo nas notícias do NYT nos vários períodos de transição democrática | 65 |
| Gráfico 3 - Adjectivos e Descrições Negativas Presentes no NYT nos vários períodos revolucionários | 66 |
| Gráfico 4 - Desentendimentos entre Actores Políticos Portugueses presentes no NYT nos vários períodos revolucionários..... | 66 |
| Gráfico 5 - Más notícias no NYT nos vários períodos revolucionários | 67 |
| Gráfico 6 - Críticas a Actores e Instituições Políticas nos diferentes períodos de transição democrática | 69 |
| Gráfico 7 - Actores Políticos Portugueses mais mediáticos em diferentes períodos da transição portuguesa para a democracia..... | 71 |
| Gráfico 8 - Comentários de Actores Políticos Internacionais ao NYT | 74 |

Capítulo 1 – A Democratização Portuguesa

1.1 - Introdução

Na madrugada do dia 25 de Abril de 1974 os “Capitães de Abril” punham fim a 42 anos de ditadura em Portugal, dando início ao que Huntington (1993) chamaria de terceira vaga de democratização. O país assistia assim ao fim do regime autoritário do Estado Novo, através de um golpe de estado iniciado por militares de média e baixa patente do Movimento das Forças Armadas (MFA) que rapidamente daria origem a um complexo e intenso processo revolucionário.

Apesar de Portugal se tratar de um país semi-periférico, a revolução portuguesa tornou-se rapidamente um fenómeno de popularidade à escala Mundial (Linz & Stepan, 1996: 118). Como Varela (2009: 268) afirma, conquistou um lugar historicamente único nas revoluções do século.

Os motivos que tornaram a revolução portuguesa tão única também se revelaram, em alguns casos, fortes obstáculos a ultrapassar para conseguir a transição democrática – é o caso da guerra colonial, que também foi um factor por detrás do golpe de estado de 25 de Abril de 1974 (Pinto, 2006:176); a radicalização do processo revolucionário, mais intensa a partir de 11 de Março de 1975; e o perigo iminente do aparecimento de um regime comunista (durante o período da Guerra Fria) em Portugal, um país da Europa Ocidental (Gomes & Sá, 2008:163).

Como Maxwell (1995:78) destaca, os aliados ocidentais não estavam preparados para a Revolução do 25 de Abril e, durante o ano seguinte, reagiram com pânico ao desenrolar dos acontecimentos em Portugal. Com efeito, a situação em Portugal levou várias figuras importantes dos EUA – com destaque para o secretário de estado americano Henry Kissinger – a considerarem algo impensável no contexto bipolar de Guerra Fria: que um país da Europa Ocidental e membro fundador da NATO poderia tornar-se numa ditadura militar com grande influência do PCP ou num país comunista, alinhado com a URSS (Gomes & Sá, 2008:163).

É neste contexto que se insere este trabalho. A questão de investigação deste trabalho prende-se com a necessidade compreender de que forma os média americanos fizeram a cobertura portuguesa para a democracia que ocorreu no contexto da Guerra Fria e, dessa forma, será analisada a cobertura mediática que o jornal americano *The New York Times* (NYT) efectuou à transição portuguesa para a Democracia de 1974-1975. Assim este estudo permite, por um lado, explorar a natureza e o papel dos *frames* no contexto de Guerra Fria; e, por outro, ajuda a compreender de que forma os meios de comunicação social fazem a cobertura mediática de processos de transição para a democracia por ruptura ou *replacement* (Munck & Leff, 1997; Share, 1989; Huntington, 2009), com o caso português a ser considerado um arquétipo deste tipo de transição.

A metodologia de análise seleccionada para este estudo foi a análise de conteúdo, sendo que foram analisadas 244 notícias sobre a democratização em Portugal no período compreendido entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Abril de 1976. O critério de selecção das notícias prende-se o período da transição democrática portuguesa¹ tendo sido excluídas notícias sobre as ex-colónias e respectivos processos de independência, bem como notícias sobre a interacção entre Portugal e outros países que não as principais potências em disputa na Guerra Fria: EUA e URSS.

1.2 – Democracia: Transição e Consolidação Democrática.

O processo de Democratização de um país pode, por vezes, ser confundido com uma certa liberalização política. No entanto, Linz e Stepan (1996:4) destacam que a Democratização é um processo mais profundo, que implica não só a liberalização (e as alterações a ela associadas, como mudanças políticas e sociais) mas também a disputa legal e aberta pelo poder e a realização de eleições livres. Mainwaring (1989) afirma que a Democratização se trata de um processo que visa a criação de um novo regime político, ou seja, o processo de democratização tem como principal objectivo pôr termo a um regime autoritário e criar uma Democracia. No caso da liberalização não há necessariamente a intenção de efectuar uma mudança de regime e, na grande maioria dos casos, os líderes apenas levam a cabo processos de liberalização política com o

¹ Estas datas não são consensuais mas na secção 1.3 – *Transição para a Democracia* será explicado o porquê das datas aqui apresentadas terem sido as eleitas.

intuito de conter tensões existentes dentro dos governos ditatoriais ou instabilidades provocadas pela oposição. Nestes casos, a liberalização é vista pelos líderes governamentais como uma estratégia para minimizar perdas e manter o poder (Mainwaring, 1989).

As últimas décadas do século XX foram particularmente propícias ao aparecimento de novos regimes democráticos. Desde o início da terceira vaga de democratização, em Portugal no ano de 1974, oitenta e cinco países viveram o final de regimes autoritários e trinta desses mesmos países conseguiram completar transições para a democracia com sucesso (Geddes, 1999:115). Estes números, bastante ilustrativos da proliferação dos regimes democráticos, quando aliados ao facto de os países afectados por essas mudanças políticas estarem espalhados por todo o globo, levaram ao fim da crença de que a democracia era um produto exclusivo dos países desenvolvidos a nível cultural e económico e hoje, essa opção política e o sucesso da sua implantação num país são, habitualmente, mais associadas a factores internos como as interações dos actores políticos (Huntington, 2009; O'Donnell, 1979) ou à forma como o processo de transição para a democracia foi levado a cabo (Huntington, 2009; Munck & Leff, 1997; Share, 1989). O fim da crença de que a democracia só é acessível aos países desenvolvidos está bastante patente nas palavras de Di Palma (1990):

“Democracy is no longer treated as a particularly rare and delicate plant that cannot be transplanted in alien soil; it is treated as a product that can be manufactured wherever there is democratic craftsmanship and the proper zeitgeist.”

No contexto deste estudo é apropriado adoptar uma definição de democracia que sintetize os principais aspectos do regime político português após o processo de democratização para este regime. Apesar de ser claro que ocorreu uma expansão dos regimes democráticos um pouco por todo o Mundo no final do século XX, a definição do conceito de democracia ainda não é pacífica e o número de investigadores que já procuraram encontrar a forma ideal para definir este sistema político é imensa. Algumas definições clássicas falham em sintetizar todas as principais características deste regime político, como são os casos dos ensaios de Schumpeter (1942) – que defendia que a democracia era apenas um sistema no qual as regras do jogo eram decididas através de

eleições competitivas – e Popper (1961:124) – que acreditava que a Democracia era o único sistema político que permitia aos cidadãos substituírem os seus líderes políticos sem para isso necessitarem de recorrer ao uso de violência. Estas tentativas de caracterização do regime democrático, apesar de não estarem erradas, não tinham em conta outros aspectos que hoje estão presentes no pensamento colectivo quando procuramos caracterizar este regime político: o sufrágio universal e a existência de direitos e liberdades individuais (Chin, 1994:153-154). A junção destas características dá-nos uma aproximação ao conceito de Poliarquia de Dahl (1972) que é amplamente citada pela comunidade científica – segundo este autor, a Poliarquia era uma forma mais perfeita do regime democrático e tinha por base a disputa aberta pelo poder e ampla participação dos cidadãos na vida política. Dahl (2000:47-48) defende assim que a existência de uma democracia depende de cinco factores: participação efectiva (todos os cidadãos devem ter a possibilidade de expor os seus pontos de vista abertamente à sociedade); igualdade de voto (todos os indivíduos devem ter direito ao voto e todos os votos devem ter o mesmo valor); obtenção de informação esclarecida (oportunidades iguais e efectivas para os cidadãos conhecerem políticas alternativas e as suas eventuais consequências); controlo da agenda (os cidadãos devem ter a oportunidade de decidir quais são os assuntos mais importantes ao nível político); e inclusão de adultos (todos, ou pelo menos a maioria, dos cidadãos adultos devem ter a possibilidade de exercer os direitos anteriores).

É importante destacar também que a democracia é um sistema político que, como permite a mudança frequente de executivo, dá aos cidadãos a capacidade de influenciar os acontecimentos políticos através da escolha dos líderes que consideram mais aptos para os representar (Lipset, 1963). Os líderes, por sua vez, ficam sujeitos a um processo responsabilização (no termo inglês, *accountability*) relativamente aos cidadãos que representam (Schmitter & Karl, 1991:76).

Importa acrescentar que para os países alcançarem um regime democrático, é necessário que passem por processos de transição e consolidação democrática. Destaque-se que o processo de transição diz respeito ao período de tempo que separa a existência de dois regimes políticos distintos num país, nomeadamente o autoritarismo e a Democracia (O'Donnell e Schmitter, 1986:6) (também pode ocorrer o aparecimento de um novo tipo de autoritarismo ou uma alternativa revolucionária mas, o país em

causa neste estudo – Portugal - enveredou pela via democrática), enquanto a consolidação democrática certifica que a Democracia se tornou “*the only game in town*” (1996:5), ou seja, para que o novo regime se consolide, este deve ser aceite por todos os actores políticos e sectores relevantes da sociedade. Diamond (1992:35) destaca que a transição para um regime democrático pode ocorrer sem o apoio das massas, mas para que a Democracia esteja verdadeiramente consolidada é necessário que as pessoas a valorizem.

O período de análise desta dissertação diz respeito apenas ao período de transição para a Democracia em Portugal e nesse contexto será analisada seguidamente a definição desse conceito.

1.3 – Transição Democrática

Como referido previamente, um dos objectivos deste estudo é explorar a cobertura mediática de transições para a democracia por ruptura, sendo Portugal um caso paradigmático deste tipo de transição. Nesse contexto, é importante clarificar com precisão o conceito de transição para a democracia e explicar as diferentes formas como este processo se pode desenrolar, bem como as interacções existentes entre os actores políticos ao longo desta ocorrência.

As transições para a democracia são iniciados pelas crises do regime vigente que, podem ter origem na incapacidade desse mesmo regime resolver problemas internos ou em adaptar-se a novas circunstâncias, como foram o caso do franquismo em Espanha e do Salazarismo/Marcelismo em Portugal (Maravall & Santamaría, 1986:72-73). Destaque-se que em Portugal, o substituto de Salazar e segundo líder do Estado Novo, Marcelo Caetano, foi incapaz de conduzir uma transição pacífica para a Democracia (como o fez em Espanha Adolfo Suárez) ou de pôr um fim à Guerra Colonial que estava a prejudicar gravemente o país e por isso, acabou por ser destituído do poder quando o Movimento das Forças Armadas (MFA) levou a cabo uma um golpe de estado.

Os processos de transição democrática, por coincidirem com a mudança entre diferentes tipos de regime nos países, provocam um vazio de autoridade e uma ausência de regras políticas e esse facto conduz ao aparecimento de uma disputa intensa entre os actores políticos para criar novas regras que influenciaram não apenas o processo de transição

mas também a vida política do país depois do fim desse período (O'Donnell & Schmitter, 1986:6). O vácuo de autoridade que caracteriza os processos de transição para a Democracia é habitualmente responsável por um elevado grau de incerteza política, uma vez que, como afirma Przeworski (1989:19) “*once the ball has been sent spinning up to the top, it may come inexorably spinning down again*”, ou seja, os países correm o grave risco de sofrerem retrocessos para a ditadura e, são os actores políticos envolvidos neste processo que, através das estratégias que adoptam, pode evitar um recuo no processo de democratização das nações (Monclaire, 2001:62).

António Costa Pinto (2006:173) destaca ainda que as transições democráticas são um período de grande desafio para as sociedades pois, obrigam-nas a enfrentar os legados dos regimes ditatoriais.

A conclusão dos processos de transição para a democracia costuma ser assinalada pela aprovação de uma nova constituição elaborada por uma Assembleia Constituinte ou, pela eleição de um parlamento após a aprovação de uma Constituição democrática (Maravall & Santamaría, 1986:73). Linz e Stepan (1996) afirmam que os processos de transição democrática só estão concluídos quando há o aparecimento de um “*governo constitucional saído de eleições livres, não estando constrangido na sua autoridade pela partilha de poder com outros corpos não democráticos ou com domínios de reserva*”.

No caso português, no âmbito deste estudo, consideramos que a transição para a Democracia em Portugal iniciou-se a 25 de Abril de 1974 e terminou a 25 de Abril de 1976 quando se realizaram as primeiras eleições legislativas após o fim do Estado Novo (Pinto, 2004:88). Existem autores que não concordam com esta perspectiva, nomeadamente Stepan e Linz (1996:125) que acreditam que a transição para a democracia em Portugal se concluiu em 1982, na mesma altura em que a consolidação da democracia também foi concluída e Opello Jr. (1991:87) que acredita que a transição para a democracia em Portugal se concluiu a 25 de Novembro de 1975 quando a facção moderada do MFA retomou o controlo da situação política no país) no entanto, no contexto deste estudo, será a data proposta por António Costa Pinto (2004:88) a ser considerada porque, apesar da discordância de alguns autores, fica claro que após as eleições de 25 de Abril de 1976 o perigo de implementação de um modelo comunista

estava definitivamente afastado, algo que foi confirmado pelas escolhas feitas pelos portugueses nessas mesmas eleições.

Após analisar o conceito de transição democrática é importante mencionar as diferentes formas através das quais este processo pode desencadear-se. Desta forma, serão apresentadas seguidamente algumas tipologias de transição para a Democracia e será feito o enquadramento do caso português nesse quadro.

1.4 - Tipologia de transição democrática

Estudar as diferentes formas como os processos de transição para a Democracia podem ocorrer é extremamente importante, uma vez que a forma como as transições se desenrolam pode ajudar a perceber se o país se poderá tornar uma Democracia na sua plenitude (Munck & Leff, 1997:344) e no contexto desta dissertação, é importante compreender em que tipologia se enquadra a transição democrática portuguesa para, posteriormente, criar um arquétipo da cobertura mediática desse tipo de fenómeno. O número de cientistas políticos que criaram tipologias para os processos de transição democrática é imenso mas, existem três visões que são basilares no estudo destes processos: a perspectiva seminal de Donald Share (1987), a tipologia de Munck e Leff (1997) e a visão de Samuel Huntington (2009).

Donald Share (1987:525-30) sugere que os processos de transição para a democracia podem acontecer, essencialmente, de quatro formas distintas: *incremental democratization*, *transition through rupture*, *transition through protracted revolutionary struggle* e *transition through transaction*. Estas quatro tipologias dividem-se em dois grupos, baseados na sua duração e grau de consenso. De acordo com o seu tempo de duração as transições podem ser graduais (*incremental democratization* e *transition through protracted revolutionary struggle*) ou rápidas (*transition through rupture* e *transition through transaction*) e, de acordo com o grau de consenso, as transições podem ser consensuais (*incremental democratization* e *transition through transaction*) ou não consensuais (*transition through protracted revolutionary struggle* e a *transition through rupture*).

As transições consensuais são aquelas que contam com o apoio dos líderes do regime autoritário que está a ser deposto. Estes líderes podem simplesmente afastar-se do poder

ou, podem colaborar com os reformistas para controlar e limitar o impacto da transição para a democracia no sistema político do país. O apoio dado pelos líderes autoritários cria alguma continuidade política no novo regime, o que não é negativo nem para os reformistas, nem para os representantes das ditaduras, uma vez que atribui legitimidade política a ambos (Share, 1987:529).

Designam-se por transições não consensuais os processos de mudança de regime político que são iniciados sem o consentimento dos representantes da ditadura. Neste caso, os líderes ditatoriais opõem-se à mudança que os reformistas querem operar no país e, podem usar a força para tentar impedi-los de o fazer. No caso das forças pró-democráticas conseguirem vencer a ditadura, os líderes do antigo regime são habitualmente punidos pelos seus actos, podendo sofrer sanções como serem condenados a uma pena de prisão ou deportação (Share, 1987:530).

Relativamente ao período de duração da transição democrática, Share (1987:531) alerta para o facto de que um curto período de transição para a democracia pode não ser sempre a melhor alternativa, uma vez que uma mudança muito rápida no regime de um país pode provocar instabilidade política.

Share (1987: 531) defende que existem muito poucos casos de *incremental democratizations* (o Reino Unido é uma das poucas excepções) e que, as *transitions through rupture* são as mais frequentes. Dentro deste subtipo, o autor destaca ainda quatro formas de como o processo pode desenrolar-se: colapso do regime autoritário por derrota ou por ocupação de uma outra potência; colapso do regime por perda de legitimidade e consequente entrega do poder aos democratas; golpe militar e mobilização massiva da população; e mobilização das massas ou revolução. Destaque-se que, na tipologia de Share, a transição para a democracia em Portugal pode ser descrita como uma transição por ruptura feita através de um golpe militar (*transition through protracted revolutionary struggle*), uma vez que o Estado Novo foi derrubado por um grupo de jovens militares intitulado de Movimento das Forças Armadas (MFA) (Share, 1987:531).

Os fenómenos de *transition through protracted revolutionary struggle* são raros, uma vez que a sua ocorrência indica a existência de um regime autoritário muito forte ou de

uma oposição, também muito forte, que não está interessada na democracia (Share, 1987:532).

As transições por transacção (*transition through transaction*) são consideradas a forma ideal de fazer uma mudança de regime político rápida e pacífica mas, Share (1987:133) acredita que estas não ocorrem muitas vezes porque requerem condições muito específicas para se realizarem e o exemplo chave dado pelo autor para ilustrar estas transições é Espanha.

Relativamente à tipologia proposta por Munck e Leff (1997) para caracterizar as transições para a democracia, os autores defendem que este processo se pode desenrolar de cinco formas distintas: *reform from below*, *reform through transaction*, *reform through extrication*, *reform through rupture* e *revolution from above*.

Começando por fazer uma breve descrição das características do processo de *reform from below*, os autores acreditam que este tipo de transição não é a mais desejável, uma vez que cria um tipo de democracia limitada que só é mantida no país para evitar a perda de estabilidade política (Munck & Leff, 1997:347). Os autores argumentam que neste tipo de transições as pressões para a democratização são feitas por elites fora do regime que, não são suficientemente fortes para derrubar a ditadura e como a ditadura também não é suficientemente forte para silenciar essa oposição, cria-se um equilíbrio de forças (Munck & Leff, 1997:347). Para ilustrar este tipo de transição os autores dão o exemplo do Chile que sofreu um processo de transição nos anos 80 após a ditadura de Pinochet mas esse processo não deu origem a um regime totalmente democrático porque Pinochet continuou a ter bastante poder, mantendo-se como Chefe das Forças Armadas e, através desse cargo, influenciava profundamente o processo político, dando preferência a partidos de extrema-direita (Munck & Leff, 1997:347).

O processo de *reform through transaction* refere-se às transições para a democracia que são feitas através de negociações entre as forças democráticas e o regime ditatorial e, neste tipo de processos, como as forças ditatoriais não se opõem totalmente à democratização, têm capacidade para influenciar o processo de transição (Munck & Leff, 1997:348). Para ilustrar este tipo de transição, os autores dão o exemplo do Brasil e da Polónia que se democratizaram nas décadas de 1980 e 1990 e que, como viveram

este tipo de processos de transição, existe hoje alguma continuidade entre a ditadura e a nova democracia, essencialmente devido à capacidade que os líderes do autoritarismo tiveram para influenciar o processo (Munck & Leff, 1997:350-351). Um outro exemplo de *reform through transaction* é a Espanha que viveu um processo de transição para a democracia no qual as elites do regime franquista também tiveram um papel importante.

Relativamente aos processos de *reform through extrication* estas ocorrem quando, o desejo de democratizar o país é comum às elites do regime ditatorial e da oposição (Munck & Leff, 1997:352). Nestes processos as elites negociam as condições para a democratização do país e, quando esse processo é concluído, o país deixa de ter actores políticos que sejam contra o sistema político em vigor (Munck & Leff, 1997:353). Neste caso, o exemplo dado pelos autores é a Hungria que, entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990 viveu um processo de transição para a democracia que conduziu o país do comunismo para o capitalismo. Esse processo foi pacífico e não deixou muitos legados negativos porque a democracia era desejada, não só pela oposição, mas também pelas elites da ditadura comunista (Munck & Leff, 1997:353).

As transições por ruptura (*reform through rupture*) ocorrem quando a elite ditatorial está enfraquecida e não consegue controlar o impulso súbito para democratizar o país. Este tipo de transições, ao contrário das *reform through transaction*, cortam totalmente com o passado e as elites da ditadura não têm capacidade para influenciar a criação do novo sistema político, uma vez que se tornam desprezados e são frequentemente punidos pelas suas acções durante o período ditatorial (Munck & Leff, 1997:354).

Para exemplificar os processos de *reform through rupture*, Munck e Leff (1997:353-355) dão os exemplos da Argentina e da Checoslováquia mas, um outro caso paradigmático deste tipo de transição é Portugal, uma vez que o Estado Novo foi derrubado por um grupo de militares das forças armadas portuguesas e seguidamente houve um corte total com o regime ditatorial e Marcelo Caetano que, era o líder do Estado Novo durante o período ditatorial, foi exilado.

Por fim, os autores defendem que processos de *reform from above* são semelhantes aos processos de *reform through rupture* mas menos complexos (Munck & Leff, 1997: 359). Estes processos ocorrem quando uma força que é superior ao país e que controla o

sistema político sofre uma reforma e, por consequência, o país que lhe era subserviente tem a possibilidade de se poder democratizar. Estes processos são normalmente menos complexos do que as transições por ruptura porque as condições que abrem as portas à sua transição para a democracia podem ser suficientes para o país alcançar também a consolidação democrática (Munck & Leff, 1997:356-357). Neste caso os autores são o exemplo da Bulgária que se democratizou com sucesso após o colapso da União Soviética (Munck & Leff, 1997:356).

A última tipologia de transições para a democracia analisada neste estudo é a de Huntington (2009) que, acredita que estes processos se podem desenrolar de três formas distintas: *transformation*, *replacement* e *transplacement*. As transições por *transformation* ocorrem quando as elites do poder ditatorial tomam a iniciativa de democratizar. Para tal poder ocorrer, o governo tem de ser mais forte do que a oposição, o que faz com que este tipo de processos ocorra mais frequentemente em países que vivem ditaduras militares. No caso das transições por *replacement*, os grupos da oposição, que são mais fortes do que o governo do país, tomam a iniciativa de democratizar o país e, as elites do regime autoritário entram em colapso ou são derrubadas, dando aos seus opositores a oportunidade de levar a cabo um processo de democratização. Por fim, as transições por *transplacement* ocorrem quando este processo é o resultado da acção não só do governo, mas também da oposição. Nestes casos, os dois actores dividem o poder durante um curto período de tempo. Nesta tipologia, a transição portuguesa trata-se de um caso de *replacement* (porque a ditadura portuguesa foi derrubado por um golpe de estado encetado pelo MFA).

Para melhorar ilustrar e compreender a tipologia de Huntington (2009) foi criada no contexto deste estudo a Tabela 1 que sintetiza as principais características de cada tipologia e apresenta exemplos de países que passaram por esses mesmos processos.

Tabela 1 – Tipologia de Transições para a democracia

| Tipologia de Transições para a democracia (Huntington, 2009) | | | |
|---|---|--|---|
| | <i>Transformation</i> | <i>Transplacement</i> | <i>Replacement</i> |
| Características | Coligação Governativa toma a iniciativa de democratizar. O Governo é mais forte do que a oposição | Oposição toma a iniciativa de democratizar e derruba o governo. A oposição é mais forte do que a elite ditatorial. | Democratização ocorre por vontade do governo e da oposição. Existe equilíbrio de forças entre governo e oposição. |
| Exemplos | Espanha, Hungria, Brasil | Portugal , Argentina, Roménia | Polónia, Checoslováquia, Bolívia |

(Huntington, 2009)

Após analisar as três tipologias é possível estabelecer paralelos entre estas. Com efeito, as três abordam o tipo de transição para a democracia que ocorreu em Portugal, mesmo que denominando-a de forma diferente: o caso português é descrito por Share (1987) e Munck e Leff (1997) como sendo *transition through rupture* e *reform through rupture*, respectivamente, enquanto Huntington descreve a transição portuguesa como se tratando de um fenómeno de *replacement*. Desta forma fica claro que os três autores acreditam que existe uma corrente de países que se democratizaram, e democratizam, através de golpes de Estado ou Revoluções feitas pela oposição à ditadura que derruba o poder vigente e inicia, posteriormente, um processo de democratização.

A tipologia de Huntington sobre as transições para a Democracia, ao contrário das perspectivas de Share (1987) e Munck e Leff (1997), enfatiza o papel dos actores políticos durante as transições para a Democracia na Terceira Vaga de Democratização e, Huntington considera mesmo que as elites governativas foram essenciais na ocorrência desses processos (2009:40). Segundo o autor, durante as transições democráticas da Terceira Vaga de Democratização, existem dois grandes grupos políticos que disputam o poder: a coligação governativa e a oposição. A coligação governativa é formada por três tipos de membros distintos, os *standpatters* (que são conservadores e rejeitavam a ideia de Democracia), os *liberal reformers* (que defendem um modelo de democracia limitada que passa por fazer algumas reformas no país mas

sem democratizar) e os *democratic reformer* (que defendem a democratização). Relativamente à oposição, esta é formada por dois tipos de membros, os *democratic moderates* (democratas moderados) e os *revolutionary extremists* (extremistas revolucionários).

Utilizando esta tipologia de Huntington (2009) sobre os autores políticos é possível identificar desde já quais são os seus correspondentes nas transições para a Democracia em Portugal e Espanha. No caso português fazem parte da coligação governativa como *standpatters* os membros do Estado Novo que nunca puseram a hipótese de democratizar o país, mesmo quando era sabido que a Guerra Colonial, que se arrastava há mais de uma década nas colónias africanas, estava destinada ao fracasso. A figura ilustre deste grupo é Salazar, o líder histórico do Estado Novo que abandonou o cargo de Primeiro-Ministro em 1968 por motivos de doença e foi, posteriormente, substituído por Marcelo Caetano. Relativamente aos *liberal reformers*, este grupo é constituído é encabeçado por Marcelo Caetano que, quando se tornou no principal dirigente do Estado Novo levou, inicialmente, a cabo um processo de liberalização do país que, ficou conhecido como a “Primavera Marcelista”. Todavia, Marcelo Caetano acabou por não consumir este processo, recuando nas suas intenções e aumentando a repressão nos últimos anos do Estado Novo. Os *democratic reformers* são representados pela Ala Liberal² que, surgiu na Assembleia da República portuguesa nos anos do marcelismo. Este grupo era composto por figuras ilustres que, acabariam por ter um papel importante durante o período da transição para a Democracia. Destacam-se neste grupo Francisco de Sá Carneiro (histórico líder do Partido Popular Democrático - PPD). O grupo da oposição era composto por dois elementos: os *democratic moderates* e os *revolutionary extremists*. Os *democratic moderates*, no caso português, eram representados pelos partidos moderados, ou seja, o Partido Socialista (PS), o já referido Partido Popular Democrático (PPD) e o Partido de Centro Democrático e Social (CDS) bem como pelos oficiais moderados do MFA, destacando-se neste conjunto o “Grupo dos Nove” que, foi responsável por pôr um final ao período revolucionário da transição para a democracia em Portugal. Os *revolutionary extremists* eram encabeçados pelo Partido Comunista Português (PCP), cuja figura proeminente era o seu histórico líder Álvaro Cunhal, os partidos de extrema-esquerda e a ala mais à esquerda do MFA, na qual se destacam as

² Para mais informações sobre a ala liberal da Assembleia da República marcelista ver: Fernandes (2006)

figuras de Vasco Gonçalves, um aliado do PCP, e de Otelo Saraiva de Carvalho, comandante do COPCON e próximo de outros partidos de extrema-esquerda.

No contexto deste estudo será adoptada a visão de Huntington (2009) sobre a tipologia dos processos de democratização por diversas razões: trata-se de uma perspectiva mais actual; é mais concisa – as perspectivas de Share (1987) e Munck e Leff (1997) abordam aspectos nas suas tipologias que não têm importância no contexto deste estudo e Huntington (2009) dá um grande destaque ao papel e às interações dos actores políticos nos processos de democratização, algo que será muito útil neste estudo, tendo em conta as hipóteses que serão testadas.

Para compreender melhor a forma como as definições e tipologias apresentadas anteriormente se encaixam nas transições para a Democracia em Portugal e Espanha, é necessário ter em conta que estes processos fizeram parte de um dos fenómenos políticos mais importantes do século XX – a terceira vaga de democratização (Huntington, 2009:31). Nesse contexto, será apresentado no tópico seguinte uma descrição do mesmo fenómeno.

1.5 - A Terceira Vaga de Democratização

A Terceira vaga de democratização iniciou-se em Portugal (na Europa do Sul) em 1974, estendeu-se posteriormente à América Latina em finais dos anos 70 e inícios da década de 80. Nos anos 80 afectou alguns países asiáticos e continuou no início dos anos 90 com a queda da URSS (Schmitter, 1999:373). Desta forma, a Terceira Vaga de Democratização levou a que o número de Democracias no Mundo passasse de 44 (no início dos anos 70) para 107 já nos anos 90 (Shin, 1994:136).

Uma vaga de democratização pode ser definida como um conjunto de transições de regimes ditatoriais para a Democracia, num determinado período temporal específico e que excede em número as transições que acontecem na direcção oposta, durante o mesmo período temporal (Huntington, 2009:31).

Segundo Huntington (1993:67) a ocorrência da terceira vaga de democratização está relacionada com sete factores gerais: a crise de legitimação dos regimes autoritários; o crescimento económico internacional sem precedentes; o novo papel da

Igreja Católica depois do Concílio do Vaticano II; a pressão da Comunidade Europeia sobre os regimes autoritários da Europa do Sul; o papel das políticas de Tutela e promoção dos direitos humanos – e consequente necessidade das populações de melhorarem a sua qualidade de vida; as acções de Gorbachev na transformação dos regimes comunistas; e, por fim, o efeito de contágio dos processos de democratização. Como é óbvio, nem todos estes factores influenciaram todas as transições para a Democracia, tal é o caso também de Portugal, uma vez que este país foi o pioneiro da terceira vaga de democratização e onde vários dos factores descritos por Huntington (1993:67) ainda não tinham ocorrido quando Portugal iniciou a sua democratização.

Schmitter (1999:294) argumenta que a maioria das transições para a Democracia dos países da terceira vaga de democratização foram pacíficas (houve pouco uso de violência) e consensuais. No entanto, o autor destaca que foi necessários que indivíduos e grupos específicos fizessem opções difíceis, acções arriscadas e muitos sacrifícios para que hoje a Terceira vaga de Democratização possa ser vista de forma tão positiva.

O mesmo autor (1999:386) afirma ainda que a terceira vaga de democratização se distingue das duas anteriores por três factores: teve um alcance mais global (chegou a todos os continentes), afectou um maior número de países) e registou menos casos de retrocesso para a ditadura do que as vagas anteriores.

1.6 - Conclusão

Como foi destacado no começo desta dissertação, o objectivo deste estudo é compreender de que forma a imprensa americana fez a cobertura da transição portuguesa para a democracia que ocorreu num contexto internacional bastante específico e que afectava particularmente os EUA, a Guerra Fria. Tendo em conta esse objectivo, foi efectuada uma análise a alguns conceitos importantes para esta dissertação, com especial destaque para os conceitos de transição democrática, transição democrática por ruptura e o respectivo papel dos actores políticos nesse contexto. As transições para a democracia são períodos de grande incerteza porque o perigo de retrocesso para o regime anterior permanece patente e, no caso das transições por ruptura, este perigo é ainda maior porque o regime ditatorial foi retirado do poder contra a sua vontade e pode

tentar recuperá-lo. Nestes momentos de incerteza, o papel dos actores políticos é extremamente importante porque as suas acções podem ditar o sucesso ou insucesso da democratização dos países.

No capítulo seguinte será feita uma apresentação sobre o papel dos meios de comunicação social, a importância dos estudos sobre os médios e as particularidades da imprensa americana. Será igualmente explorado o conceito de *framing* e a sua importância para a comunicação social no contexto da Guerra Fria.

Capítulo 2 – Os média e a *Gray Lady*

2.1 – A importância de estudar os média

Os meios de comunicação social têm como principais funções informar, educar e garantir entretenimento aos cidadãos e, através da representação e análise que estes fazem da realidade, podem influenciar a percepção das pessoas sobre o Mundo (Kevin, 2003:35). Shaw (1979:9) descreve na seguinte citação a forma como os meios de comunicação influenciam a maneira como os cidadãos percebem e avaliam a realidade:

“...em consequência da acção dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os meios de comunicação de massas incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflecte de perto a ênfase atribuída pelos média aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas”

Desta forma, torna-se relevante analisar a forma como os média americanos noticiaram os fenómenos ocorridos durante a transição para a Democracia em Portugal para compreender a perspectiva que foi dada a conhecer aos cidadãos americanos sobre os acontecimentos políticos ocorridos em território português entre os anos de 1974 e 1976.

2.1.1 – A Imprensa Americana & a *Gray Lady*

Para efectuar uma contextualização sobre o objecto de estudo desta dissertação, o jornal *The New York Times*, é importante primeiro abordar algumas das características do jornalismo americano, especialmente na década de 1970, explicando o que o torna tão único e conhecido por todo o Mundo. De seguida, será feita uma apresentação do *The New York Times* (NYT), conhecido como a *Gray Lady* do jornalismo americano, bem

como uma contextualização do momento que era vivido na redacção do NYT na década em que se deu a Revolução Portuguesa.

Patterson (2000:242) afirma que a imprensa americana é uma das mais democráticas do Mundo, uma vez que sempre foi relativamente livre de regulação governamental e muito protegida pelo sistema judicial. O mesmo autor defende que para compreender a imprensa americana é essencial ter em consideração que esta é extremamente comercial e competitiva e que esse facto condiciona fortemente a cobertura política e por vezes torna os jornais um instrumento mais fraco de informação e de debate (Patterson, 2000:253).

Os meios de comunicação americanos baseiam a sua cobertura informativa em dois pressupostos que os tornam distintos dos meios de comunicação ingleses: a importância do “jogo” e o negativismo. A importância do “jogo”³ diz respeito ao facto dos repórteres nos Estados Unidos da América se dedicarem bastante a cobrir as controvérsias e conflitos políticos e ignorarem outros assuntos de interesse público. Esta situação é problemática porque fomenta a despolitização dos assuntos e transmite aos cidadãos uma versão da realidade que não contribui para a sua actualização e educação (Patterson, 2000:255). Já o negativismo típico do jornalismo americano traduz-se numa cobertura céptica de toda a actividade política (Patterson, 2000:257) o que faz com que os cidadãos se tornem distantes da política e confiem menos nos seus representantes. Esse factor é particularmente negativo porque os governantes necessitam da confiança da população para poderem governar (Patterson, 2000:262). Robinson (1976:428) afirma que na década de 1970 o jornalismo americano funciona segundo a lei de Gresham, onde “o mau expulsa o bom, e o negativo substitui o positivo”.

Apesar do estudo de Patterson (2000:257-262) ser bastante recente, o negativismo e o cepticismo do jornalismo americano foram amplamente estudados e comprovados em décadas anteriores, incluindo a década à qual pertencem os dados recolhidos para a elaboração desta dissertação. Neste contexto é interessante citar os trabalhos de Rozell (1994) e Grabber (1976). Rozell (1994) verifica que desde a Segunda Guerra Mundial,

³ A importância do “jogo” no jornalismo americano está relacionada com o facto de a cobertura mediática dos assuntos políticos ser, por vezes, superficial e se concentrar em descrever quem são os “vencedores” e os “vencidos” quando o assunto em destaque abordo dois ou mais opositores políticos (Schudson, 2007).

os média demonstram muito menos apreço pelo Congresso Americano, sendo capazes de ignorá-lo e criticá-lo, o que é especialmente perigoso uma vez que ao longo dos tempos, o tom dos média tem passado de um cepticismo saudável para um cepticismo perigoso. Já Grabber (1976) conclui que a cobertura mediática das eleições americanas salienta extensivamente os aspectos negativos dos candidatos presidenciais, destacando a sua falta de qualidade para exercer o cargo a que se propõe, o que ilustra bem a falta de apreço existente entre jornalistas e políticos nos EUA.

Relativamente à *Gray Lady* do jornalismo americano, o NYT foi e ainda é hoje considerado por muitos como uma referência de qualidade no jornalismo americano e mundial e a organização noticiosa de maior confiança na América (McGowan, 2010). Destaque-se que o NYT é lido um pouco por todo o Mundo, tendo actualmente 32 milhões de leitores da sua versão online gratuita (ComScore, 2010).

A história do *Times* na década de 1970 não pode ser referida sem ter em conta a grave crise económica mundial que se fez sentir nessa década e sem nomear a histórica figura do jornalista A. M. Rosenthal que ocupou diversos cargos de referência dentro do jornal entre a década de 70 e 80. Rosenthal é considerado ainda hoje uma figura central na evolução do jornalismo de referência e Arthur O. Sulzberg, também uma figura de renome do mesmo jornal, considera que os anos de ouro do NYT foram aqueles em que Rosenthal esteve na sua redacção – até 1986 (McGowan, 2010: 1-2).

Sob o comando de Rosenthal, os princípios que geriam o NYT eram: ausência de ideologia; rigor intelectual; seriedade moral; neutralidade e ausência de interpretações políticas; e o objectivo do jornal era ser um fórum de opinião livre e uma fonte de notícias objectivas (McGowan, 2010: 3-7) Durante esta época, devido ao carácter maioritariamente liberal⁴ deste jornal, os conservadores americanos desprezavam-no e consideravam-no uma causa perdida e que não devia ser levado a sério (McGowan, 2010:5).

⁴ O termo "liberal" é aqui usado no sentido habitualmente dado ao termo nos EUA, posicionando os liberais à esquerda do espectro político, por oposição aos conservadores. O carácter liberal atribuído ao NYT, como também é defendido por McGowan (2010:5) prende-se essencialmente com acusações feitas por meios e personalidades americanas conservadoras a este jornal (Groseclose & Milyo, 2004).

No entanto, a crise dos anos 1970 também afectou o *Times* que teve uma grande quebra nas vendas. Uma análise aprofundada dos seus editores permitiu-lhes compreender que o jornal não cativava o público abaixo dos 35 anos e que a generalidade da população americana não se interessava tanto por notícias sobre política nacional ou internacional e procurava mais as “soft-news”⁵ (Diamond, 1993:89). Desta forma, o jornal teve de sofrer algumas modificações para fazer face à crise e passou a incluir diariamente pequenas revistas sobre assuntos generalistas, tais como comida, mobiliário ou design (Diamond, 1993:90). Esta estratégia acabou por salvar o jornal que nos anos 80 já estava novamente com as vendas em alta (McGowan, 2010:12).

Em suma, é possível afirmar que a cobertura noticiosa americana de candidatos e temas políticos é cínica e negativa, sendo que para Patterson (1993) o tom cada vez mais negativo dos meios de comunicação social contribui para o declínio da confiança dos indivíduos nos seus líderes políticos. No entanto, o NYT destacou-se na década de 70 por ser um jornal defensor da objectividade e imparcialidade e sem interesses partidários ou sectários (McGowan, 2010:4).

Seguidamente será apresentado o conceito de *framing* e a importância do *framing* no contexto da Guerra Fria, ou seja, no espaço temporal em que se enquadra este estudo.

2.2 - Framing

O conceito de *frame* pode ser definido como a forma como se efectua a organização de uma ideia (Gamson, 1992:3) o que significa que um *frame* tem como principal característica destacar um assunto de uma determinada forma, dando principal enfoque a determinados aspectos que poderiam ser relegados para segundo plano caso fosse outro emissor a criar o *frame*. Este facto pode ser problemático porque quando se escolhe um determinado caminho em detrimento de outros para apresentar uma temática destacam-se determinados aspectos da história e ocultam-se outros e, através dessa selecção, é possível influenciar a percepção do nosso receptor sobre o assunto da nossa exposição. Por exemplo, quando a associação americana Ku Klux Klan (KKK) efectua

⁵ Segundo Patterson (2000:4), as “soft news” são notícias mais sensacionalistas, mais centradas nos actores que delas fazem parte e que dão grande relevância a eventos trágicos. Tipicamente, são escritas de forma mais simples do que as outras notícias.

uma marcha, este facto pode ser encarado como um atentado à ordem pública ou como um exercício comum num país onde existe liberdade de expressão (Callaghan & Schnell, 2010:185) e os meios de comunicação social poderiam noticiar a marcha do KKK usando um ou outro *frame*, com potencial impactos sobre a opinião dos cidadãos sobre esse evento.

A origem do estudo dos *frames* resultou da convicção por parte da comunidade científica de que os indivíduos optam por diferentes soluções para resolver problemas tendo em conta a forma como essa solução é apresentada e que isso acontece mesmo quando as soluções apresentadas têm, na realidade, os mesmos resultados. O exemplo mais conhecido do estudo dos *frames* como condicionante das escolhas dos indivíduos é da autoria de Kahneman e Taversky (1984:343) e consistiu numa experiência: explicou-se a uma determinada audiência que, num cenário imaginário, esperava-se que uma doença imaginária matasse 600 pessoas e essa audiência tinha que eleger um de dois programas propostos para minimizar os danos dessa doença. O programa A sugeria que 200 pessoas seriam salvas enquanto o programa B fosse adoptado havia 1/3 de probabilidade das 600 pessoas serem salvas e 2/3 de probabilidades de nenhuma pessoa ser salva. Tendo em conta estes programas, 72% dos inquiridos escolheram o programa A e apenas 28% elegeram o programa B. Seguidamente foi feita uma segunda experiência e, num cenário semelhante, foi pedido aos participantes para optarem entre dois programas: caso optassem pelo programa C 400 pessoas morriam e se optassem pelo programa D haveria 1/3 de probabilidade de ninguém morrer e 2/3 de probabilidade de 600 pessoas morrerem. Nesta segunda experiência 22% dos inquiridos optaram pelo programa C e 78% pelo programa D. Estes resultados são muito significativos porque os programas A e C são idênticos (sugeriam que 200 pessoas seriam salvas e 400 morreriam) tal como os programas B e D (indicavam que havia 1/3 de probabilidade de todas as pessoas serem salvas e 2/3 de probabilidade de todas morrerem) mas a forma como as hipóteses foram enquadradas (ou *framed*) enfatizavam em duas hipóteses as pessoas que seriam salvas e nas outras as pessoas que morreriam e esse enquadramento foi decisivo para as escolhas dos participantes da experiência. Neste caso a escolha feita pelos indivíduos tem em conta a forma como as soluções apresentadas são enquadradas e não os seus impactos reais e esta escolha é uma consequência do efeito do *framing* que demonstra que é possível seleccionar determinada informação dentro de uma comunicação e dar-lhe destaque de forma a

influenciar a forma como essa informação é percebida pelos outros (Entman, 1993:52).

Ao analisar o conceito de *framing* é possível ficar com a convicção de que este pode ter um efeito bastante nefasto nos cidadãos, uma vez que sugere que a opinião pública pode ser muito facilmente influenciada e que as preferências dos cidadãos têm pouca importância. Porém, o *framing*, apesar de poder ter consequências nocivas, também se trata de uma ferramenta útil para informar os cidadãos e contextualizar a actualidade, o que torna a sua existência indispensável (Chong & Druckman, 2007:120).

De Vreese (2005) afirma que o conceito de *framing* pressupõe a definição de um determinado assunto por uma fonte de comunicação mas Entman (1993:53) vai mais além e considera que o *framing* consiste na selecção e destaque de determinadas partes da informação de modo a salientar um determinado acontecimento ou tema, tornando essa parte da informação mais memorável para a audiência. Para o autor a utilização de *frames* consiste em “seleccionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes para promover uma definição particular de um problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou recomendação de uma solução” (Entman, 1993:52).

Ao mesmo tempo importa destacar três pré-requisitos para que o *framing* tenha efectivamente efeito sobre o receptor: primeiro é preciso compreender o *frame* para que este funcione – um *frame* sobre um assunto que não seja do conhecimento do receptor é inútil; segundo a exposição regular a um *frame* permite que, através de um processo passiva e/ou inconsciente ocorra o efeito do *framing* e por último o efeito do *framing* é mais forte quando o *frame* em evidência é importante para o receptor porque capta mais a sua atenção (Chong & Druckman, 2007:110).

Esta tese concentra-se em analisar de que forma a imprensa americana, mais concretamente o jornal NYT, efectuou a cobertura da transição para a Democracia em Portugal e, portanto, serão analisadas os *frames* veiculadas nas notícias sobre acontecimentos políticos ocorridos em Portugal durante o período correspondente à transição democrática. Neste contexto é preciso ter em conta que os media fazem parte do grupo dos actores políticos (juntamente com os grupos de pressão e políticos) e que

os actores políticos tentam controlar a opinião pública através da forma como transmitem a realidade política aos cidadãos (Callaghan & Schnell, 2001:184). O papel dos média neste contexto é especialmente importante porque os cidadãos baseiam-se bastante na construção da realidade feita pelos média para interpretarem a realidade (Callaghan & Schnell, 2001:184). Esse efeito é ainda mais notório no caso de outros países – e também decorrente dos pré-requisitos de Chong e Druckman (2010) – uma vez que a construção do conhecimento dos cidadãos sobre outros países que não o seu depende em grande medida da cobertura feita pela comunicação social sobre esses mesmos países (Brewer et al, 2003:). Apesar de idealmente os media serem os “guardiães do interesse público” (Janowitz, 1975; Schudson, 1998; Sparrow, 1999), existem evidências de que isso nem sempre acontece por várias razões: os meios de comunicação social habitualmente representam empresas que procuram obter lucros e por isso podem influenciar o interesse público para obter mais audiências; os meios de comunicação social podem limitar-se a citar as fontes políticas se forem dependentes do poder político; e está comprovado que os media podem criar *frames* ou divulgar os *frames* de forma a servirem os seus próprios interesses (Callaghan & Schnell, 2001:186 & 187) O framing torna-se relevante quando um assunto pode ser explicado de várias perspectivas (Callaghan & Schnell, 2001:185) – um aspecto com implicações evidentes para a cobertura da transição democrática portuguesa por parte do NYT, onde diferentes ângulos analíticos podem ser abordados (por exemplo a dimensão internacional; a expansão dos direitos civis dos cidadãos; a luta entre actores domésticos; as acções dos EUA; entre outros).

Neste contexto, Gamson e Modigliani (1994:376) destacam que os média têm presente o impacto dos *frames* na opinião pública e que, por essa razão, utilizam determinados pacotes interpretativos nas suas notícias para influenciar a percepção dos indivíduos sobre as questões noticiadas. Assim, *frames* noticiosos consistem em ferramentas conceptuais das quais os média e os indivíduos dependem para transmitir, interpretar e avaliar a informação (Neuman et al., 1992:60) uma vez que estes ajudam a audiência a “localizar, compreender, identificar e rotular” o fluxo de informação à sua volta (Goffman, 1974:21). O efeito do *framing* é notório quando numa determinada comunicação existe um grande destaque numa questão potencialmente relevante, o que faz com que os indivíduos se foquem nessa parte da questão na altura de construírem as suas opiniões (Druckman, 2001a; 2001b). Esta descrição do efeito dos *frames* noticiosos

pode ser tida como sinónimo do efeito de persuasão mas tal não é verdade, uma vez que os *frames* noticiosos alteram a importância que os indivíduos dão a determinadas questões e o efeito de persuasão ocorre quando o comunicador leva o indivíduo a rever a percepção de determinado assunto. (Nelson & Oxley, 1999:1041).

O *framing* pode ser vulgarmente confundido com dois outros conceitos que fazem igualmente parte do vasto leque dos efeitos dos meios de comunicação social: *priming* e *agenda-setting*. Iyengar e Kinder (1987) afirmam que o conceito de *priming* advém da convicção da comunidade científica de que a cobertura noticiosa de um determinado assunto pode influenciar a importância que os cidadãos dão a determinado assunto. Quando aplicado ao contexto político, o *priming* define o processo através do qual os média escolhem ignorar ou destacar aspectos de determinada temática e através desse processo, influenciam os critérios pelos quais os políticos ou governos são julgados ou avaliados (Iyengar & Kinder, 1987). Por exemplo, os meios de comunicação social podem escolher destacar a visão de um determinado partido em questões ambientais e omitir a sua opinião no que toca a questões relacionados com a segurança social e, através disso, podem condicionar os conhecimentos dos cidadãos sobre esse partido e influenciar a sua percepção sobre o mesmo.

Relativamente ao conceito de *agenda-setting* este refere-se ao efeito que é provocado nos cidadãos através da selecção de informação que os mass media fazem diariamente ao decidirem quais as notícias mais relevantes para publicar. Shaw (1979, 96-101) defende que o *agenda-setting* permite às pessoas terem uma percepção da realidade através das informações que absorvem através dos *mass media* e que lhes transmite temas sobre os quais reflectir. Devido à relativa semelhança existente entre o *framing* e o *agenda-setting*, o primeiro é por vezes denominado como “segundo nível” do *agenda-setting* porque, tal como este, também o *framing* nos remete para os motivos que condicionam a criação e edição das notícias (Jasperson et al., 1998).

Após efectuar uma exposição sobre o conceito de *framing* e de esclarecer também a importância de outros conceitos ligados aos meios de comunicação social, importa agora, tendo por base o contexto desta dissertação, abordar a importância do *framing* no contexto da Guerra Fria, uma vez que, como veremos no capítulo seguinte, o contexto geopolítico bipolar em que se encontrava o Mundo durante a transição para a

democracia em Portugal, influenciou o *framing* dos meios de comunicação social da época.

2.2.1 – Framing e a Guerra Fria

O contexto de Guerra Fria marcou as relações internacionais no período pós-guerra até ao início da década de 1990. Contudo, os efeitos da Guerra Fria estendem-se além das relações internacionais. Como iremos ver, este contexto influenciou também os média e a criação de frames nos Estados Unidos da América.

Norris (1995:357), afirma que a Guerra Fria foi a principal responsável pela criação de frames durante as décadas deste conflito. A mesma autora (Norris, 1995:359) afirma mesmo que a Guerra Fria permitia aos jornalistas criar frames que hierarquizavam notícias complexas sobre assuntos internacionais e, mais importante do que isso, a Guerra Fria levou os jornalistas a definir quem eram os amigos e inimigos dos EUA pelo Mundo. Nesta dissertação, tentaremos testar se efectivamente o NYT indicou aos seus leitores quem eram os inimigos e amigos dos EUA dentro da política portuguesa.

Entman (1993:52) vai mais longe e afirma que os *frames* são vulgarmente utilizados pela comunicação social para diagnosticar e avaliar determinados problemas existentes na sociedade e para prescrever receitas para esses problemas e que durante o período da Guerra Fria os jornais americanos tinham por hábito levar a cabo esses procedimentos para demonstrar como comunismo era um sistema político inferior ao capitalismo. Os jornais criavam assim *frames* sobre a Guerra Fria (destacavam eventos problemáticos cuja fonte era o comunismo), ofereciam julgamentos morais sobre essas ocorrências e recomendavam soluções, sendo a mais comum que os Estados Unidos da América deviam apoiar as forças opositoras ao comunismo. Destaque-se que esta afirmação de Entman (1993:52) é bastante importante tendo em conta a possibilidade de Portugal se tornar um estado comunista durante o período de transição para a democracia. Nessa medida, os resultados empíricos obtidos nas hipóteses criadas para esta dissertação tentarão verificar se a teoria de Entman (1993) se aplica às notícias do NTY sobre a transição para a democracia em Portugal.

Após efectuar uma contextualização sobre a importância de estudar os média, abordar algumas das especificidades do jornalismo americano e explicar a importância que o conceito de *framing* sobretudo no contexto de Guerra Fria, importa agora apresentar outros estudos já efectuados sobre a cobertura mediática da democratização portuguesa na imprensa de outros países, nomeadamente Brasil e Espanha.

2.3 – Estudos sobre a cobertura mediática da Revolução portuguesa: Brasil e Espanha

Os estudos sobre a cobertura mediática da Revolução portuguesa não são inéditos. Estes podem ser divididos em dois tipos. Um primeiro explora esta cobertura com o objectivo de analisar e compreender os *frames* usados pela imprensa na cobertura da situação portuguesa (Silva, 2012a; Luís, 2012; Varela, 2009). O segundo tipo aborda o revisionismo histórico da transição portuguesa através da Imprensa (Silva, 2012b; Soutelo, 2012). No âmbito desta tese iremos unicamente explorar os estudos do primeiro tipo. Embora os segundos também considerem a cobertura mediática, fazem-no com um enfoque substancialmente distinto do deste trabalho.

O primeiro estudo a ser exposto será o de Carla Luciana Silva (2012a) que efectuou uma análise da forma como, no Brasil, o jornal *A Folha de São Paulo* e a revista *Veja* fizeram a cobertura da transição portuguesa no período entre Abril de 1974 e Abril de 1975. O segundo estudo a ser apresentado será o de Rita Luís (2012) que analisa a forma como cinco jornais espanhóis (*ABC*, *Informaciones*, *Arriba*, *La Vanguardia* e *Tele/eXprés*) publicaram as primeiras notícias sobre a revolução portuguesa e a forma como o estado espanhol tentou controlar essa informação. Por fim, será igualmente analisado o estudo de Raquel Varela (2009) que apesar de também ser sobre jornais espanhóis, tem uma componente bastante distinta do estudo de Luís (2012) uma vez que se foca em tentar compreender o impacto da revolução português na transição espanhola para a democracia através da imprensa clandestina espanhola da época e que era ligada aos partidos - *El Socialista* (*Partido Socialista Obrero Español* -PSOE), *Mundo Obrero* (*Partido Comunista Español* - PCE), *Combate* (Liga Comunista Revolucionária) e *La Batalla* (Partido Operário de Unificação Marxista).

Começando pelo estudo de Silva (2012a) a autora destaca que os meios de comunicação eleitos eram próximos e dependentes da ditadura brasileira. Inclusivamente, a Folha de São Paula apoiou o golpe militar e usava muitas vezes discursos favoráveis à ditadura (Silva, 2012a:207-208).

Quando ocorre o golpe de estado em Portugal que põe fim ao Estado Novo, os meios de comunicação brasileiros em análise apontam inicialmente para o perigo da revolução atravessar o Atlântico mas, seguidamente optam por uma postura diferente e tentam ignorar a queda do Estado Novo. Portugal é descrito como um país que caminha para uma solução liberal e é passada a imagem de que Caetano incumbiu a Spínola a responsabilidade de dar continuidade a esse processo. A dimensão revolucionária é desvirtuada e os acontecimentos de Abril são descritos como “uma forma burguesa” de pôr fim à ditadura (Silva, 2012a:226).

Os meios de comunicação brasileiros não fizeram a cobertura da radicalização da transição portuguesa, não existiram referências à reforma agrária ou à ocupação de propriedades privadas mas demonstraram algum alívio após os acontecimentos de 25 de Novembro que “puseram fim aos abusos esquerdistas”. Após o contra-golpe de estado chefiado por Ramalho Eanes, os jornais brasileiros enaltecem a saída moderada e verdadeiramente democrática escolhida pelos portugueses para liberalizar o país (Silva, 2012a: 226-227).

Passando para o estudo de Luís (2012) este concentra-se exclusivamente nas notícias que surgiram em Espanha sobre o golpe de estado português durante a semana que se seguiu ao 25 de Abril de 1974. Importa esclarecer que este estudo se baseia em cinco jornais: *ABC*, *Informaciones*, *Arriba*, *La Vanguardia* e *Tele/eXprés*, sendo que destes títulos, o *Arriba* e o *ABC* eram aqueles que eram mais próximos do regime de Franco. Relativamente ao *Arriba*, se no próprio dia 25 de Abril publicou um artigo a desmentir os rumores de agitação política em Portugal, nos dias seguintes, não podendo continuar a negar a queda do Estado Novo, dedicou-se a reforçar a ideia de que Espanha e Portugal não eram o mesmo país, de que Franco era o líder do Estado e quem sabia qual a melhor direcção política a seguir e a enaltecer o importante papel das Forças Armadas espanholas na manutenção da paz no país e é o único dos cinco jornais que faz títulos com referências aos mortos e feridos que resultaram do golpe militar em Portugal (Luís,

2012:2-7). O *ABC*, sendo também próximo do regime franquista, optou por uma postura diferente e foi dos cinco jornais analisados neste estudo o que menos se interessou pela situação portuguesa, fazendo poucas capas e não recorrendo a enviados especiais para saber mais informações. No entanto, na necessidade de referir o assunto, optou por artigos de opinião que enalteciam os grandes níveis de liberdades vividos em Espanha durante a época (Luís, 2012:3-4).

Relativamente aos jornais com menos ligações ao regime de Franco, estes tinham muita dificuldade em ter acesso a informação verídica e não censurada e para o conseguirem tinham de recorrer frequentemente a meios de comunicação estrangeiros como a BBC World que foram bastante importantes em Portugal e Espanha em termos de acesso a informação não-censurada pelo regime (Luís, 2012:11-16). Um outro meio de comunicação estrangeiro que foi importante para os jornalistas espanhóis conseguirem informações sobre a revolução portuguesa foi precisamente o *The New York Times* (Luís, 2012: 13) que é o objecto de estudo desta dissertação.

Na generalidade, os jornais independentes, apesar de terem tido acesso a informações sobre o golpe de estado em Portugal tardiamente, fizeram uma cobertura moderada sobre o evento, enalteceram o pacifismo do mesmo e passaram uma boa imagem de Spínola que é descrito como tendo o apoio da generalidade dos portugueses (Luís, 2012:5).

Por fim, o estudo de Varela (2009) procura perceber a forma como o golpe de estado português foi entendido pela esquerda ilegalizada de Espanha através dos seus jornais e até que ponto a revolução portuguesa de 1974-1975 influenciou a transição espanhola.

A autora afirma que o caso português deu um grande impulso aos movimentos sociais em Espanha e que ajudou a abrir caminho para a ocorrência da transição *pactada* para a democracia. (Varela, 2009:285).

A importância atribuída aos acontecimentos em Portugal é maior pela parte do PSOE e do PCE do que pelos restantes partidos em análise neste estudo. O PSOE atribui tanta importância à revolução portuguesa que considera a Península Ibérica como um “corpo indivisível” unido. Essa situação altera-se em Março de 1975 (altura em que se dá a

radicalização do processo revolucionário em Portugal e época em que o PSOE é legalizado pelo franquismo) e o PSOE passa mesmo a criticar o Partido Comunista Português, ainda que ligeiramente (Varela, 2009:286).

Relativamente ao PCE, a situação é bastante semelhante, uma vez que quando a revolução portuguesa deixa de ser centrada na união política com o fim de democratizar o país, Santiago Carrillo⁶ opta por se afastar do PCP e torna-se mais próximo de Enrico Berlinguer⁷ e do eurocomunismo⁸ (Varela, 2009:283).

Varela (2009: 285-287) concluiu que a revolução portuguesa teve um papel importante para a transição *pactada* espanhola porque influenciou e legitimou o PSOE e o PCE e esses partidos foram essenciais no processo de democratização de Espanha pelo papel que tiveram na negociação dos Pactos de Moncloa⁹, na criação da constituição democrática de 1978 e na consolidação de Espanha como uma Democracia Ocidental.

Estes três estudos, apesar de bastante distintos, demonstram a forma como a revolução portuguesa e consequente democratização foi vista em países que viviam em ditaduras e que não tinham acesso livre à informação ou liberdade de expressão e confirma mais uma vez que a revolução portuguesa foi um fenómeno de grande importância e mediatizado à escala mundial. Destaque-se que as coberturas brasileira e espanhola

⁶ Santiago Carrillo foi um histórico líder do Partido Comunista Espanhol (PCE) e um dos líderes mais aclamados do Eurocomunismo (Roskin, 1978:636).

⁷ Enrico Berlinguer foi, tal como Carrillo, um importante líder do Partido Comunista Italiano (PCI) que, durante a sua liderança afirmou sempre que o PCI estava comprometido com os valores da democracia ocidental e que não estava alinhado com o bloco soviético (Pons, 2006:22).

⁸ O termo Eurocomunismo surgiu no vocabulário da política contemporânea na década de 1970 e a sua ideologia apresentou-se como uma alternativa à crise política e económica vivida no continente europeu nessa época. O Eurocomunismo não corroborava com algumas ideias clássicas da ideologia comunista uma vez que rejeitava a ideia da “ditadura do proletariado” e defendia a criação de uma sociedade com pluralismo político e social. Esta ideologia teve especial impacto em Espanha, Itália e França (Boggs & Plotke, 1980:5-7).

⁹ Os Pactos de Moncloa consistiram num conjunto de medidas criadas com o intuito de resolver a crise económica, política e social que assolava a Espanha no final dos anos 1970. Estes foram assinados pela coligação governativa – UCD (Unión de Centro Democrático e o PSOE (Partido Socialista Obrero Español) -, pelos restantes partidos e pelos sindicatos (Encarnación, 2001:38). Estes pactos apresentavam medidas para o sistema financeiro e político espanhol e englobavam reformas na área da segurança social, educação, regionalismo, liberdade de expressão, entre outras (Maravall & Santamaría, 1986:86-89).

foram distintas, essencialmente porque o jornalismo brasileiro, após haver a confirmação da queda do regime de Marcelo Caetano, optou por não voltar a fazer referência ao processo revolucionário, descrevendo os acontecimentos em Portugal como uma liberalização burguesa (Silva, 2012a:226) enquanto em Espanha os jornais fazem a cobertura da revolução portuguesa e mesmo os jornais mais ligados ao regime franquista rapidamente reconhecem que Portugal entrou num processo de democratização e procuram afirmar que Portugal não é Espanha e que a revolução portuguesa está a ser caótica para o país (Luís, 2012:2-7). Também é importante constatar que o *The New York Times* foi utilizado como fonte pelos jornais independentes espanhóis (Luís, 2012:13) conseguirem obter informações sobre a transição portuguesa, o que confirma mais uma vez a forma como este jornal americano é visto como uma referência de credibilidade.

2.4 – Conclusão

Ao longo deste capítulo foram explorados conceitos que são essenciais para a questão de investigação desta dissertação e que estão relacionados com os meios de comunicação social. Inicialmente foi abordado o conceito de *framing* e a forma como os *frames* permitem organizar as ideias e comunicar dando enfoque a determinados aspectos dos assunto que, noutra contexto, poderiam ser relegados para segundo plano. Seguidamente foi explicado o porque do *framing* ser tao importante para este estudo: ao analisar a forma como o NYT efectuou a cobertura da transição para a democracia portuguesa, é essencial ter em conta quais os *frames* mais presentes no jornal de forma a compreender quais foram os actores políticos mais destacados, quais os momentos em que o jornal demonstrou mais incerteza relativamente ao sucesso do processo de mudança política em Portugal e quais foram os principais enfoques destacados pelo NYT (as lutas entre actores políticos portugueses, as acções da extrema-esquerda partidária e seus aliados, o apoio dos EUA e de outros países ocidentais a Portugal, entre outros).

Seguidamente foi também efectuada uma exposição de estudos de outros autores que se dedicaram a analisar a cobertura mediática brasileira e espanhola da transição portuguesa para a democracia através dos jornais da época. Estes estudos foram

efectuados tendo como objectos de investigação jornais de países que viviam em regimes ditatoriais e, dessa forma, é interessante verificar como estes efectuaram a cobertura da democratização portuguesa. Foi possível verificar que no caso dos jornais brasileiros houve uma desvirtuação do processo revolucionário e que, no caso espanhol, inicialmente os jornais mais próximos do regime de Franco tentaram mesmo negar os acontecimentos que estavam a decorrer em Portugal mas, com o decorrer do tempo, acabaram por confirmar o golpe de estado dos capitães de Abril. No estudo de Varela (2009) uma vez que visa os jornais ligados aos partidos que eram ilegais durante o período da ditadura espanhola, é possível verificar uma grande excitação e apoio à transição portuguesa mas, com a radicalização do processo revolucionário após o 11 de Março, os partidos espanhóis afastaram-se substancialmente dos ideais políticos presentes no contexto português.

Seguidamente será efectuada uma exposição extensa e esclarecedora sobre o processo de transição para a democracia em Portugal e sobre a forma como, em contexto de Guerra Fria, os EUA perceberam esse acontecimento.

Capítulo 3 – Transição para a Democracia em Portugal e a visão de Washington

3.1 – A Revolução Portuguesa

Quando a 25 de Abril de 1974 um grupo de oficiais subalternos das Forças Armadas puseram fim à Ditadura portuguesa que se mantinha há mais de 42 anos, a surpresa nacional e internacional foi imensa (Maxwell, 1995:85; Schmitter, 1999:180). Através de uma acção inesperada do Movimento das Forças Armadas (MFA), Portugal iniciou a Terceira Vaga de Democratização (Huntington, 1993). O colapso do regime de Salazar e Marcelo Caetano foi rápido e imprevisível, mas os processos de democratização e de redefinição do papel das instituições políticas foram lentos e com momentos de grande tensão (Bruneau et al, 2001: 36), sendo que durante os dois anos em que o processo de transição se desenrolou houve uma grande incerteza sobre o rumo que o país iria seguir, principalmente no ano de 1975 que, devido à radicalização que foi atingida no processo revolucionário, também ficou conhecido como “o ano do furacão revolucionário” (Silva, 2013). Para sintetizar o processo revolucionário português que será analisado seguidamente é útil observar a Tabela 2, que corresponde ao trabalho de Cerezales (2005:61) e que sintetiza de forma assertiva e concisa os momentos mais importantes da transformação política ocorrida em Portugal entre 1974-1976.

Tabela 2 - Cronologia do Processo Revolucionário

| Data | Acontecimento | Consequências |
|------------------------|--|--|
| 25 de Abril de 1974 | Golpe de Estado dos Capitães | Mobilização Popular. Substituição de autoridades. PS, PPD, PCP e MDP no I Governo Provisório (GP) |
| 15 de Julho de 1974 | Palma Castro falha ao tentar reforçar o poder de Spínola | II GP – Spínola aceita negociar a independência das colónias com os movimentos de libertação. |
| 28 de Setembro de 1974 | Spínola é afastado | III GP – O MFA assume protagonismo político. Progressiva radicalização. |
| 11 de Março de 1975 | Tentativa falhada de Golpe de Estado spinolista | MFA radical ganha posições (IV GP). Nacionalizações. Os partidos aceitam a tutela do MFA sobre a constituição. Mobilizações populares. |
| 25 de Abril de 1975 | Eleições constituintes. Vencem o PS e o PPD. | Os radicais do MFA desvalorizam os resultados. |
| 8 de Julho de 1975 | O MFA aprova um projecto político radical. | PS e PPD passam à oposição (V GP). Divisão do MFA. Mobilização anticomunista no Norte de Portugal. |

| | | |
|------------------------|---|---|
| 5 de Setembro de 1975 | Os moderados do MFA vencem na Assembleia de Tancos. | PS e PPD voltam ao governo (VI GP). Tentativa de reforçar poderes. Aliança extrema-esquerda, PCP, sindicatos: politização dos movimentos sociais. |
| 25 de Novembro de 1975 | Processo golpista. | Desmobilizam-se os militares radicais. O VI Governo Provisório assegura a sua autoridade. Acalmia das mobilizações. |
| 2 de Abril de 1976 | A Constituição é aprovada. | Início do período democrático. |

(Cerezaes, 2005:61)

Em 1968, cerca de dois anos antes da morte de Salazar e devido à incapacidade de saúde deste, Marcelo Caetano foi escolhido para ser o novo chefe de Estado Português e para liderar o Estado Novo. Durante o início da sua governação, o novo líder da ditadura portuguesa encetou o aparecimento de um processo de liberalização em Portugal que se designou “Primavera Marcelista”. Esta permitiu o aparecimento de Ala Liberal na Assembleia – referida no capítulo 1 –, bem como a reformulação da polícia política, entre outras medidas de igual importância. Foi nessa fase que Marcelo Caetano poderia ter conduzido um processo de transição negociada para a Democracia semelhante ao que aconteceu em Espanha em 1975-1976 mas as elites do Estado Novo não mostraram interesse em negociar com a oposição e, na sequência dessa atitude, após o Golpe de 25 de Abril, foram totalmente banidas dos quadros políticos do país (Maxwell, 1986:113). António Costa Pinto (2004:88) explica que Portugal viveu um “movimento de desfascização” após o início da transição democrática que consistiu no afastamento de todas as figuras da ditadura desde os quadros mais importantes até aos quadros mais baixos.

O factor mais determinante para a ocorrência da Revolução de 25 de Abril foi a Guerra Colonial que se mantinha há mais de uma década. Schmitter (1999:189) considera mesmo que sem o conflito colonial era impensável a ocorrência da revolução. Esse conflito foi efectivamente muito negativo para o país com consequências nefastas na economia portuguesa como o endividamento do país, o aumento da inflação, a diminuição da capacidade de investimento do sector público e o aumento da emigração e da dependência exterior o que levou ao descontentamento da população (Santos, Lima & Ferreira, 1975: 268). Nas forças armadas, sobretudo entre os oficiais de média

patente, o sentimento perante a guerra era de frustração, tal como refere Otelo Saraiva de Carvalho nas suas memórias:

“Nas tintas para aquele estupor de guerra, amaldiçoavam o regime e a «chicalhada» que deles se tinha lembrado e faziam por passar os dois anos de comissão (se entretanto não conseguissem uma doença que os fizesse evacuar para a metrópole) sem correr riscos de qualquer espécie, procurando passar despercebidos e, se tal fosse preciso, estabelecendo com os guerrilheiros um pacto de não-agressão.” (Carvalho, 1998:117)

Se o contexto era de insatisfação, a revolta dos capitães seria despoletada por factores de natureza mais prosaica, em específico um decreto posto em prática pelo regime português em 1973 que permitia aos oficiais milicianos tornarem-se oficiais permanentes, algo que foi considerado inaceitável pelos oficiais de carreira (Jalali, 2007:58).

Foi esta razão que levou à criação do Movimento das Forças Armadas (MFA) em 1973, um movimento formado por oficiais de média e baixa patente. Embora a criação do MFA inicialmente não se prendesse com questões de política colonial, o movimento rapidamente adquiriu objectivo políticos (Maxwell, 1986:110-111).

O golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 é reflexo disso, e o MFA posteriormente teve um papel determinante na transição para a Democracia em Portugal (Schmitter, 1999:189). A população portuguesa apoiou os militares, o que atribuiu legitimidade à revolução e ao próprio MFA (Linz & Stepan, 1996: 118) que acabaria por se tornar no principal actor político português até 1976, relegando os partidos políticos para segundo plano (Bruneau et tal, 2001:37).

Após a queda do Estado Novo o processo governativo em Portugal sofreu uma completa transformação e surgiram novos órgãos de soberania: o Presidente da República (sendo este inicialmente o General António de Spínola¹⁰); a Junta de Salvação Nacional (JSN);

¹⁰ O General António de Spínola foi governador militar na Guiné Bissau e, por não concordar com a política colonial de Salazar e Caetano, editou em 1972 o celebre livro “Portugal e o Futuro” onde expôs

o Conselho de Estado; os Governos Provisórios; e, mais tarde, o Conselho da Revolução (CR) que viria a substituir a JSN e o Conselho de Estado. Posteriormente, foi eleita em Abril de 1975 a Assembleia Constituinte. É importante também referir a criação do COPCON - Comando Operacional do Continente – uma estrutura militar especial do MFA criada com o objectivo de auxiliar as forças armadas a garantir o cumprimento dos objectivos do programa do MFA. O COPCON destacava-se por agir de forma bastante independente e o seu comandante era o Major Otelo Saraiva de Carvalho que tinha estado na Guiné-Bissau durante a Guerra Colonial e que estava conotado com a ala mais radical do MFA (Rezola, 2007: 71-85).

Finda a euforia provocada pelo sucesso do golpe dos capitães de Abril, as relações no seio do MFA degradaram-se rapidamente. Basicamente o movimento dos capitães era composto por três facções com ideais distintos e inconciliáveis: a primeira facção era a spinolista que defendia um modelo federal para as colónias e uma democratização interna limitada; a segunda facção era composta pela esquerda e extrema-esquerda, sendo que alguns eram mas próximos dos ideais do PCP e procuravam a instalação de um regime comunista em Portugal, enquanto outros, como Otelo Saraiva de Carvalho, defendiam um modelo de desenvolvimento radical e monopartidário; e a terceira era a facção moderada, composta pelos defensores da criação de um modelo de democracia pluralista e de entre os quais se destacam figuras como Melo Antunes e Ramalho Eanes (e o restante Grupo dos Nove, que será abordado mais à frente neste capítulo) (Jalali, 2007:59).

O primeiro confronto ocorreu na nomeação do I Governo Provisório, uma vez que o Presidente da República escolheu ignorar as sugestões feitas pelos militares e avançou com um nome diferente, o advogado Adelino Palma Carlos. Apesar de esta escolha ter sido inesperada, a Junta de Salvação Nacional manteve o apoio a Spínola e este conseguiu fazer prevalecer a sua vontade (Rezola, 2007: 71-72).

O I Governo Provisório tomou posse a 15 de Maio de 1974 e era composto por representantes dos principais partidos e movimentos políticos da sociedade portuguesa:

as suas convicções sobre a necessidade de Portugal mudar a sua política colonial e optar por um regime de federações (Arcary, 2012:18)

Partido Socialista (PS), Partido Comunista Português (PCP), Comissão Democrática Eleitoral (CDE), Partido Popular Democrático (PPD), Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES) e independentes; com mais de metade das pastas a serem ocupadas por dirigentes partidários. A inclusão do PCP neste Governo é justificada por Spínola como sendo uma consequência da relação próxima que este partido mantinha com o MFA que, precisava de ser responsabilizada abertamente nas tarefas do governo (Rezola, 2007: 72-73).

Os partidos políticos portugueses, tinham sido banidos e oprimidos durante o Estado Novo, enquanto o regime se baseava no partido único, a União Nacional, designada de Acção Nacional Popular a partir de 1970 (Bruneau et al, 1995:40). O Partido Comunista Português foi o único partido que se conseguiu manter organizado no território nacional durante o período ditatorial, mantendo bases fortes no Alentejo e fomentando um movimento sindical clandestino intenso. A maior organização do PCP, bem como a sua ligação a uma facção importante do MFA, ajuda a explicar o importante papel que este partido desempenhou durante o processo revolucionário (Bruneau et al, 1995:40; Maxwell, 1986:116). O PS, que também teve um papel bastante preponderante durante o período revolucionário, surgiu em 1973 com Mário Soares como secretário-geral do partido mas permaneceu pouco organizado até ao 25 de Abril de 1974 (Maxwell, 1986:117) e o PPD e o CDS surgiram já depois do início do processo de transição para a democracia, representando um eleitorado mais conservador e tendo como líderes Francisco Sá Carneiro, antigo deputado da Ala Liberal (para o PPD) e Diogo Freitas do Amaral (no caso do CDS) (Maxwell, 1986:118).

A segunda disputa ocorre em Julho de 1974, novamente entre o MFA e o Presidente da República, e tratou-se de uma tentativa de Spínola e Palma Castro de retirarem o controlo do processo revolucionário ao MFA. Com o pretexto de diminuir o clima de indisciplina social que se começava a sentir no país, os chefes de Estado e do Governo exigiram o reforço dos poderes presidenciais e executivos, a elaboração rápida de uma constituição referendada popularmente que deveria substituir o programa do MFA e a realização de uma consulta eleitoral para o Presidente da República (Rezola, 2007:83). O Conselho de Estado estudou as propostas de Spínola e Palma Castro e aprovou apenas a proposta de reforço dos poderes do primeiro-ministro. Na sequência desta decisão, Palma Castro demite-se a 9 de Julho de 1974 e Spínola sai claramente

derrotado, dando início à primeira grande crise política do pós-25 de Abril (Amaral, 1996:214).

A nomeação do novo Primeiro-Ministro foi decisiva para a radicalização do processo revolucionário que viria a acontecer meses mais tarde. Spínola como Presidente da República propôs vários nomes ao Conselho de Estado mas nenhum foi aceite, sendo que o cargo acabou por ser entregue a Vasco Gonçalves que, segundo Mário Soares, antes da sua nomeação era considerado um militar algo desconhecido e moderado que defendia que o PS e o PCP deviam ser os principais partidos portugueses e que deviam chegar a um entendimento (Avillez, 1996: 349-350).

Após a tomada de posse de Vasco Gonçalves, Spínola foi forçado a negociar a independência das colónias com os movimentos de libertação. O Presidente da República foi teve de abandonar as suas convicções federalistas e a aceitar um Lei que reconhecia o direito dos povos à autodeterminação e a concessão imediata da independência aos territórios coloniais. Depois deste acontecimento, a conciliação entre Spínola e o MFA começa a parecer impossível (Rezola, 2007:100).

Após a demissão de Palma Castro, Spínola continua a sua tentativa de retirar poder ao MFA e para isso põe a circular o Documento “Engrácia Nunes” ou “Hugo dos Santos” que reclama a extinção da coordenadora do MFA (um órgão criado após o 25 de Abril e que tinha como principal objectivo supervisionar o cumprimento do programa dos capitães de Abril). A coordenadora responde prontamente à provocação de Spínola e acusa-o de querer ter o monopólio do poder. Mais uma vez a ofensiva spinolista falha e o MFA sai reforçado politicamente (Rezola, 2007: 102-105).

A 28 de Setembro dá-se a derradeira tentativa de Spínola de retirar o poder ao MFA antes da sua saída do cargo de Presidente da República. Após mobilizar vários partidos de extrema-direita, tais como o Partido do Progresso, o Partido Liberal ou o Partido da Democracia Cristã, Spínola fala ao país sobre para os perigos da descolonização em curso e faz um apelo à reacção da maioria silenciosa do povo português contra a descolonização irresponsável e contra o comunismo. Posteriormente, Spínola pede a demissão do primeiro-ministro à Junta de Salvação Nacional e apela ao governo para apoiar-lo na manifestação (Amaral, 1996:236). O sucesso da manifestação de Spínola é

impedido pelo controlo efectuado pelo MFA aos acessos à cidade de Lisboa. O fracasso da manifestação leva Spínola a apresentar a demissão a 30 de Setembro por considerar impossível construir uma democracia em Portugal nas condições em que o país se encontrava (Maxwell, 1999:108).

O período que se sucede à demissão de Spínola e à entrada em cena do III Governo Provisório é marcado pela progressiva radicalização do processo revolucionário e por um aumento do poder do MFA em detrimento dos partidos políticos, algo que está bastante patente na composição do novo governo e da Junta de Salvação Nacional) ambos os órgãos passam a ter um maior número de militares) e na institucionalização do MFA, efectuada através da criação de órgãos como o “Conselho dos Vinte” ou Conselho da Assembleia de Delegados do MFA (AMAF) (Rezola, 2007:115). O novo governo é empossado a 1 de Outubro de 1974 e Costa Gomes, um militar com histórico de oposição ao Estado Novo é eleito Presidente da República, mantendo-se Vasco Gonçalves como Primeiro-Ministro.

A tomada de posse do novo governo é marcada por desentendimentos entre dois campos, um composto pelos partidos moderados e outro composto pelo MFA, PCP e partidos de extrema-esquerda, algo que estará bastante patente no debate sobre a unicidade sindical que se realizou em Janeiro de 1975. É discutido publicamente um projecto para fusão dos sindicatos e, enquanto o PCP toma uma posição pública a favor da lei, o PS assume a posição contrária e classifica a lei de atentado à liberdade. O PCP e a Intersindical fazem uma grande campanha a favor da lei e contam com a participação de partidos como o MES (Movimento de Esquerda Socialista) e o MDP (Movimento Democrático Português). O PS alega que a lei favorece o monopólio legal da intersindical onde o PCP tem grande influência e tem como aliados nesta causa o PPD, o CDS e a própria Igreja Católica que se pronuncia abertamente a favor da pluralidade sindical. A 20 de Janeiro com votos contrários dos ministros do PS e do PPD, o Conselho de Ministros aprova o projecto que é uma clara vitória para a extrema-esquerda (Varela, 2012:142)

A existência de instabilidade entre o MFA, PCP e os partidos moderados foi rapidamente aproveitada pelo General António de Spínola para efectuar uma derradeira tentativa de neutralizar o poder do MFA e do PCP e de mudar o rumo da revolução. A

11 de Março de 1975, Spínola e um grupo de contra-revolucionários levam a cabo um golpe de estado que foi prontamente travado e que levou os seus estrategas a fugirem para território espanhol (Silva, 2013:102-103).

Esta acção de Spínola teve como consequência o afastamento e detenção de alguns dos militares do MFA mais moderados e uma maior radicalização do processo revolucionário, algo já vinha a acontecer desde a demissão de Spínola a 30 de Setembro de 1974 mas que se acentua ainda mais com os acontecimentos do 11 de Março de 1975 (Maxwell:1995, 130-131). A época compreendida entre a tentativa de golpe de estado de Spínola e o dia 25 de Novembro do mesmo ano é politicamente marcada pela supremacia dos radicais do MFA e do PCP, o que provocou um grande receio nacional e internacional da instalação de uma democracia popular alinhada com o bloco soviético em Portugal (Maxwell:1995, 130-131).

No dia 11 de Março de 1975, como consequência directa da tentativa de golpe de estado encetado por Spínola, é criado o Conselho da Revolução (CR) – um órgão executivo com a competência de “dirigir” a Revolução. O CR tinha poderes constituintes, fiscalizadores e de controlo da acção e actividade legislativa do governo (poderes que anteriormente pertenciam ao Conselho de Estado); poderes de vigilância do cumprimento do programa do MFA e das leis constitucionais; poderes de aconselhamento do Presidente da República e amplos poderes militares, incluindo o governo das forças armadas (Rezola, 2007: 133). Tomou posse a 17 de Março de 1975 e as suas primeiras medidas foram bastante polémicas: nacionalização da Banca, nacionalização dos seguros e expropriação de propriedades com mais de 500 hectares (medidas que iam destruir os grandes latifundiários do Sul). Estas medidas colocaram Portugal entre os estados europeus com políticas mais radicais (Maxwell, 1995: 132).

No início de Abril de 1975 o MFA consegue fazer aprovar um pacto com os partidos políticos (o pacto MFA-partidos) que deixa os militares com a supremacia do poder político no país e relega definitivamente os partidos políticos para uma posição secundária. Esse pacto garante o predomínio do poderio militar por três anos, no mínimo, relegando o Governo Provisório para uma posição de subordinação na nova hierarquia de poder. Os partidos políticos não tinham outra alternativa senão aceitar esta medida, tendo em contrapartida a realização de eleições para a Assembleia Constituinte

marcadas para 25 de Abril de 1975 (Maxwell, 1995:132). Este acordo assegura que os principais partidos reconhecem a existência legal do MFA e a sua legitimidade constituinte, com o CR a torna-se no órgão nuclear da nova estrutura política (Rezola, 2007:158).

Apesar de o MFA vir a acumular uma sucessão de vitórias na conquista do poder político em Portugal e dos partidos políticos moderados se encontrarem numa posição bastante frágil, as eleições de 25 de Abril de 1975 Assembleia Constituinte vieram alterar esta situação. Os partidos políticos moderados acreditavam na importância das eleições e na necessidade de manter o MFA afastado deste processo. Durante o período de campanha eleitoral, alguns membros do MFA fizeram declarações polémicas, procurando desvalorizar as eleições, com Ramiro Correia a defender o voto em branco e Rosa Coutinho – “o almirante vermelho” - a afirmar publicamente que o resultado eleitoral não deve ser vinculativo (Rezola, 2007:159). O PS (e depois também o PPD e o CDS) respondem aos militares dizendo que o povo português está preparado para votar conscientemente mas o PCP e outros partidos de extrema-esquerda juntam-se ao MFA e defendem igualmente o voto em branco.

Tabela 3 - Resultados das eleições para a Assembleia Constituinte (25 de Abril de 1975)

| | |
|-----------|-----|
| PS | 38% |
| PPD | 26% |
| PCP | 13% |
| CDS | 8% |
| MDP | 4% |
| Outros | 3% |
| Abstenção | 8% |

O resultado das eleições é uma clara vitória para os partidos moderados e uma derrota para os partidos de extrema-esquerda e para os defensores do voto em branco. Para além disso, os resultados das eleições também retiram credibilidade aos governos interinos não democráticos e atribuem legitimidade democrática a forças políticas que não estiveram directamente envolvidas na queda da ditadura em 1974 (Linz & Stepan, 1996:120). Estas eleições indiciam a preferência dos cidadãos portugueses por uma via moderada e os países ocidentais democráticos decidem aumentar o apoio às forças moderadas em Portugal (Maxwell, 1986:123).

Após as eleições segue-se um longo período de confrontos entre forças moderadas e radicais que ficou conhecido como “Verão Quente” e que se manteve entre Maio e Novembro de 1975 (Amaral, 1993). Alguns dos casos mais mediáticos do Verão Quente estão relacionados com ataques aos meios de comunicação social portugueses que ficaram conhecidos como os casos República e Renascença. Segundo Maxwell (1986:127), os casos do jornal República e Renascença foram encarados a nível nacional e internacional como tentativas dos Comunistas de controlarem os meios de comunicação social mas não há um consenso na literatura sobre este assunto, uma vez que António Costa Pinto (2004:78) acredita que a extrema-esquerda esteve por trás destas ocorrências e que o PCP não foi o responsável. O caso rádio Renascença favorece o PS porque fez com que a Igreja Católica entrasse em conflito com os militares e se tornasse aliada dos socialistas (Rezola, 2007:187).

Também durante o Verão Quente de 1975 ocorre um fenómeno de violência popular anticomunista especialmente no Norte do país que se traduz em manifestações, ataques a sedes do PCP, sindicatos e partidos de extrema-esquerda e que marcou o final da aliança Povo-MFA que foi criada quando o movimento dos capitães depôs o regime de Marcelo Caetano (Varela, 2011:250). Os pequenos proprietários do Norte e Centro no País atacam as sedes de partidos e associações de extrema-esquerda para demonstrarem a sua insatisfação com o rumo do país e com ocupação de latifúndios que ocorria no Centro e Sul do país e que era feita com o apoio do COPCON (Cerezales, 2003:1127).

Depois das eleições de Abril de 1975 o MFA retomou as conversações sobre o rumo político que o país devia seguir e as opiniões dividem-se entre aquelas que defendem a via socialista e a via revolucionária. Os defensores da primeira via são encabeçados pelo PS e pelos elementos moderados do MFA, enquanto os defensores da via mais radical são representados por Vasco Gonçalves, Otelo Saraiva de Carvalho, o PCP e outros partidos de extrema-esquerda (Rezola, 2007: 174).

Ainda nesta época de crise política intensa, o grupo formado por Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Gonçalves e Costa Gomes decidem que o CR não estava a cumprir devidamente as suas funções e faz aprovar (apesar da oposição dos partidos moderados) a criação do “directório”, uma instituição encabeçada pelos três militares que passou a

exercer as funções até então entregues ao CR. Destaque-se que Vasco Gonçalves, Costa Gomes e Otelo Saraiva de Carvalho, apesar de terem sido apelidados pelos meios de comunicação internacionais – incluindo o NYT – como “a troika de Lisboa”, não eram necessariamente aliados políticos. Vasco Gonçalves eram apoiante do PCP, Costa Gomes, apesar de permanecer mais enigmático durante o ano de 1975 acaba por se revelar defensor de uma via politicamente moderada para o país e Otelo Saraiva de Carvalho era apoiante de outros partidos de extrema-esquerda que não o PCP

Como consequência da criação do directório, surge o “Documento dos Nove”, um documento criado por nove membros moderados do MFA (Melo Antunes, Vasco Lourenço, Vítor Alves, Sousa e Castro, Costa Neves, Vítor Crespo e Canto e Castro) que era uma proposta de superação da crise pela via socialista e uma crítica à política seguida pelo MFA. O documento foi amplamente subscrito e apoiado pelos partidos moderados, o que foi muito prejudicial para o MFA (Rezola, 2007: 183, 184).

O mês de Junho de 1975 é marcado pelo início dos trabalhos da Assembleia Constituinte e pela queda do IV Governo Provisório. A 10 de Julho sai mais um número do Jornal República, sendo que as promessas do MFA de devolver o jornal aos seus proprietários foram ignoradas. O PS em sinal de protesto sai do executivo e é bastante condenado pelo PCP pela sua atitude. O CR aceita a demissão do PS e a 17 de Julho o PPD também sai do governo e acusa o MFA de cometer atentados às liberdades civis e de favorecimento do PCP e dos outros partidos de extrema-esquerda (Rezola, 2007:190).

As negociações para a formação do V Governo Provisório são marcadas por um grande impasse e por várias manifestações incitadas pelos partidos moderados e pela crescente aproximação entre o PS e o Grupo dos Nove. O Primeiro-ministro Vasco Gonçalves torna-se altamente contestado pela situação política do país e o próprio PCP começa a defender a afastar-se de Vasco Gonçalves, que era criticado em vários sectores da sociedade portuguesa. Também Otelo Saraiva de Carvalho proíbe o Primeiro-Ministro de visitar unidades militares da sua jurisdição e aconselha-o a abandonar a vida política (Amaral, 1993: 410).

A 5 de Setembro de 1975 a Assembleia do MFA reuniu em Tancos com o objectivo de discutir temáticas como a descolonização e a reestruturação do Conselho da Revolução. No entanto, esta reunião ficou marcada pelo afastamento de Vasco Gonçalves do Governo a mando do exército (e consequente saída do directório) e pelo convite a Carlos Fabião para formar governo (Rezola, 2007: 204). A nomeação de Carlos Fabião para Primeiro-Ministro é bastante contestada pelos partidos de extrema-esquerda e pelo COPCON e Fabião afasta-se antes da formação do VI Governo Provisório, sendo que algumas fontes põem a hipótese deste estar a ser alvo de ameaças de morte. Na sequência do afastamento de Fabião, Pinheiro de Azevedo é nomeado como novo Primeiro-Ministro. Uma outra resolução importante do Conselho de Tancos foi a perda da maioria gonçalvista no CR e a vitória do “Grupo dos Nove” que pertenciam ao grupo moderado do MFA (Amaral, 1993:413).

O VI Governo Provisório tomou posse no dia 19 de Setembro e, neste governo, as pastas ministeriais destinadas aos partidos foram distribuídas de acordo com os resultados das eleições de Abril de 1975. Durante um curto período de tempo há a ilusão de que a crise política está diminuir em Portugal mas o ataque ao consulado de Espanha em Lisboa encetado pela esquerda radical destrói essas expectativas e demonstra que o novo governo não consegue controlar as ruas, uma zona que estava sob o domínio de forças radicais (Rezola, 2007: 233).

Nos dois meses que antecedem o fim do período revolucionário o PCP e Otelio Saraiva de Carvalho unem-se à esquerda radical no incitamento de manifestações e de indisciplina no seio dos militares no intuito de prejudicar o governo, o que fez com que o país se multiplique-se em manifestações contra e a favor o VI Governo Provisório, estas últimas lideradas pelo PS. O aparecimento do grupo intitulado Soldados Unidos Vencerão (SUV)¹¹ ajudou a estimular ainda mais a instabilidade no seio dos militares que pareciam incontroláveis para o governo de Pinheiro de Azevedo.

No dia 12 de Novembro, uma greve dos trabalhadores da construção civil resultou no cerco do Palácio de S. Bento e no sequestro de deputados da Assembleia Constituinte

¹¹ Os SUV eram uma organização clandestina que foi criada no interior das Forças Armadas. Estes militares actuavam juntamente com elementos do proletariado e com os camponeses para a criação de um braço armado do poder dos trabalhadores: o Exército Popular Revolucionário (Varela, 2011b:101).

durante 36 horas. Esta ocorrência deixa a opinião pública nacional e internacional em pânico e gera a percepção que a extrema-esquerda controla os acontecimentos no país. A situação é agravada ainda mais pela recusa de Otelo Saraiva de Carvalho em reprimir a manifestação ou em proteger a Assembleia e os seus deputados. Nesta época há o receio da ocorrência de golpes de estado de várias naturezas: gonçalvistas (apoiantes do antigo primeiro-ministro Vasco Gonçalves) e o COPCON receiam um golpe dos moderados e a imprensa fala da possibilidade de ocorrer um golpe encetado pelo grupo dos nove (Rezola, 2007:237).

No dia 25 de Novembro, um grupo de oficiais tenta levar a cabo um golpe de estado de esquerda que acaba por ser o pretexto ideal para o grupo dos Nove, liderado pelo Coronel Ramalho Eanes leve a cabo um contra-golpe de Estado com o objectivo de erradicar os elementos radicais da política e forças armadas portuguesas. O grupo dos Nove consegue conter com sucesso a insurreição dos radicais de esquerda e graças ao sucesso de Eanes e dos seus apoiantes, o receio do aparecimento de um regime comunista em Portugal foi praticamente colocado de lado (Maxwell, 1995: 178). Ainda hoje não há um consenso quanto aos responsáveis por este golpe, uma vez que Freitas do Amaral (1993:515-516) e Mário Soares (Avillez, 1996:487) imputam responsabilidades do golpe ao PCP, enquanto Álvaro Cunhal (1999:206) recusa que tenha havido um golpe ou tentativa de golpe por parte do PCP e Costa Gomes corrobora a perspectiva de Cunhal e defende que o PCP teve uma atitude “muito cordata” durante as diligências do 25 de Novembro (Gomes & Sá, 2008:351).

Em termos da estabilização do processo de transição democrática, e nas palavras de palavras de Soares (2011:282):

“O 25 de Novembro foi muito importante para Portugal. Foi (...) a restituição da Revolução de Abril à sua pureza inicial: a democracia pluralista do tipo ocidental, num Estado do Direito, civilista, respeitador dos Direitos Humanos e com uma dimensão social, marcada pela igualdade de oportunidades.”

O 25 de Novembro marca o final do período de maior radicalização da transição portuguesa para a Democracia em Portugal bem como o final da ameaça de aparecimento de uma democracia popular alinhada com o bloco soviético em Portugal.

Após as eleições legislativas de 25 de Abril de 1976 e com a promulgação da nova Constituição, a transição democrática portuguesa chega finalmente ao seu fim. Esta constituição fazia referência ao socialismo, a um sistema económico socialista e aos direitos dos trabalhadores (Bruneau et al, 2001:41). Era a terceira Constituição mais longa do Mundo, contando com 312 artigos, atribuía muito poder ao Conselho da Revolução (um órgão que não era democraticamente eleito), mas atribuía a centralidade da vida política aos partidos e procurava proteger o pluralismo político (Bruneau et al, 2001:41-42).

3.2 – Os EUA e a Revolução Portuguesa

Após abordar o processo de transição para a Democracia em Portugal, bem como os seus antecedentes e consequências, importa agora, no contexto desta dissertação, explicar o papel dos EUA na democratização de Portugal. Para poder efectuar uma reconstituição precisa da forma EUA interpretaram os acontecimentos da política portuguesa entre 1974-1976, é necessário fazer uma contextualização histórica e explicar brevemente o que significou a Guerra Fria para o Mundo nas décadas de 60, 70, e 80 e qual a relação existente entre Portugal e os EUA antes da queda do Estado Novo. Posteriormente será abordada a fase em que se encontrava a Guerra Fria – *a détente* – quando sucedeu o início da transição portuguesa para a Democracia e explicar-se-á o papel dos EUA no fenómeno português que só pode ser compreendido tendo em conta o contexto internacional vivido na década de 70.

Relativamente à Guerra Fria, este período da história ocorreu entre o pós-guerra e o final dos anos 1980 e caracterizou-se pela oposição dos sistemas capitalista e comunista, encabeçados respectivamente pelos EUA e pela URSS que disputaram influências e interesses sem nunca terem chegado a agressões directas nos seus territórios. O período da *détente* marcou a década de 1970 e caracterizou-se por uma tentativa das duas potências em amenizarem as relações. Após um encontro entre Nixon e Brezhnev em 1972 as nações tentaram cooperar em algumas áreas mas a competição nunca desapareceu verdadeiramente (Garthoff, 1985: 4) e a preocupação dos EUA no aparecimento de um regime alinhado com o bloco soviético em Portugal durante 1975 espelha essa mesma situação. A data precisa para o término da *détente* é difícil de encontrar mas esta fase terminou algures no final da década de 1970 quando a URSS

considerou que os EUA estavam a tentar ganhar superioridade estratégica e recusaram-se a permitir essa situação (Garthoff, 1985: 5).

Começando por fazer uma breve referência às relações transatlânticas na década anterior à democratização portuguesa, é importante referir que a chegada de Kennedy à Casa Branca veio causar turbulência às relações entre os EUA e Portugal. Apesar de Portugal ser membro fundador da NATO (desde 1949), membro da ONU (desde 1955), membro da EFTA durante as décadas de 50 e 60 e de ter sido admitido no FMI (Fundo Monetário Internacional) e no BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) em 1960, o início dessa mesma década marca a mudança da relação entre os dois países quando os EUA votam, pela primeira vez, contra Portugal nas Nações Unidas (Marinho, 2011: 10). Os EUA passaram a opor-se abertamente à política colonial portuguesa e o choque de Salazar com Kennedy teve impacto na cooperação bilateral entre os dois países em matéria de defesa. Salazar recusou-se mesmo a renovar o acordo que tinha com os EUA sobre a utilização da base das Lajes mas após várias negociações, o líder português acabou por ceder (Severino, 1995: 812).

Com a mudança de poder para Marcelo Caetano, as relações de Portugal com os EUA melhoram significativamente, especialmente quando Portugal permitiu que os EUA usufruam livremente da base das lajes durante a guerra de Yom Kippur em 1973 (Teixeira, 1995:815).

Como já foi dito anteriormente, o golpe de estado de 25 de Abril de 1974 em Portugal foi recebido com surpresa pelos aliados ocidentais e mesmo o Kremlin ficou surpreso com a queda do regime de Caetano, uma vez que o KGB e a Secção Internacional do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética não possuíam informações sobre a possibilidade da queda do regime português para breve (Milhazes, 2013: 29). O envolvimento dos EUA na revolução portuguesa é marcado por várias fases, uma primeira de inexistência de envolvimento no processo revolucionário – entre 25 de Abril de 1974 e 28 Setembro de 1974, uma segunda de envolvimento de baixa intensidade – entre 28 Setembro de 1974 e 11 de Março de 1975 - e uma terceira de envolvimento considerável que se manteve entre o 11 de Março de 1975 e o 25 de Abril de 1976 (Gomes & Sá: 2008). É importante ter em conta que toda a acção dos EUA e especialmente do secretário de estado Henry Kissinger, a figura mais receosa da política

americana relativamente à situação política de Portugal, residia na preocupação de ter comunistas no governo e no crescimento da influência deste partido em Portugal, algo que era impensável para um país da NATO (Pero, 2001:646). Independentemente da ideologia do PCP, se era pró ou anti-NATO, euro-comunista ou estalinista, a sua presença no governo português significava a presença de um “cavalo de Tróia” no seio da NATO na perspectiva dos EUA (Schneidman, 2005:237).

Entre 1974 e 1976 a política dos EUA em relação a Portugal dividiu-se em duas visões distintas, uma de Carlucci (embaixador americano em Portugal após os acontecimentos de 11 de Março de 1975) e outra de Kissinger (Secretário de Estado do Governo de Ford). Kissinger temia a extensão da revolução portuguesa a toda a Europa do Sul e no limite a toda a Europa (Pero, 2001:625) e defendia a exclusão de Portugal da NATO, a aplicação de sanções económicas ao país e, no limite, a realização de uma acção militar concertada com Espanha (Gomes & Sá, 2008:170). Carlucci, por seu turno, acreditava que Portugal não estava condenado a tornar-se comunista e que com o devido apoio dos EUA e da Europa Ocidental ao nível económico, de integração na NATO e de apoio às forças moderadas, a Democracia podia prosperar (Gomes & Sá, 2008:190-191).

Ao longo dos dois anos de processo de transição para a democracia, a política externa norte-americana foi-se sentindo mais confortável com alguns actores políticos portugueses e mais receosa a respeito de outros. Enquanto Spínola agradava ao governo americano, que o via como uma espécie de De Gaulle português, defensor da ordem e conhecido por se opor ao Comunismo (Story, 1976:422), já figuras como Álvaro Cunhal, líder do Partido Comunista que durante o “Verão-Quente” de 1975 foi ganhando cada vez mais influência e que inclusivamente colaborou para a nacionalização de empresas americanas, causou um receio imenso ao Governo de Ford que, em Setembro de 1975, considerou a hipótese de fazer uma intervenção da CIA em Portugal para travar o perigo Comunista em Portugal (Szulc, 1976:26). Também as figuras de Vasco Gonçalves, Costa Gomes e Otelo Saraiva de Carvalho causaram grande receio ao governo americano que os designava como “a troika de Lisboa”, apesar de, como já foi referido, estes três actores políticos não partilharem os mesmos planos e ideais para a política nacional. No entanto, os acontecimentos do 11 de Março de 1975 e a viragem à esquerda de todo o sistema político português fizeram com que Kissinger cedesse totalmente ao pessimismo relativamente à situação portuguesa, e é

precisamente nessa fase que a troika está mais em evidência, o que fez a política americana avaliar estes três actores políticos da mesma forma negativa (Szulc, 1976: 37). Mesmo Mário Soares, líder do PS e detentor de uma postura politicamente moderada, não foi uma figura consensual para os EUA. Inicialmente, Soares inspirou pouca confiança a Henry Kissinger e quando o secretário de Estado americano se encontrou este a 19 de Outubro de 1974, ainda o líder socialista ocupava o cargo de ministro dos negócios estrangeiros, teve o seguinte diálogo com ele (Szulc, 1976:3):

“You are a Kerensky¹²...I believe your sincerity, but you are naive.” Soares shot back “I certainly don’t want to be a Kerensky!” Kissinger said “Neither did Kerensky”.

Após o 25 de Novembro de 1975 e o final da radicalização do processo revolucionário, Kissinger foi obrigado a reconhecer que a política de intervenção de Carlucci para Portugal estava correcta e elogiou Soares e também Sá Carneiro pela coragem em momentos cruciais para a estabilização política portuguesa (Gomes & Sá, 2008: 358). No início de 1977, num gesto significativo de confiança, o governo americano tornou público o empréstimo de 240 milhões de dólares ao governo português para ajudar Portugal a recuperar economicamente e a consolidar a sua jovem Democracia (Gomes & Sá, 2008: 385).

3.3 - Conclusão

Neste capítulo foi efectuada uma análise e descrição do processo revolucionário português¹³ que se iniciou após a queda do regime ditatorial que se mantinha há mais de quatro décadas graças ao golpe de estado dos capitães de Abril e que culminou nas eleições legislativas de 25 de Abril de 1976.

Ao longo de dois anos de transição para a democracia Portugal momentos políticos distintos, sendo dividir esse processo em três fases distintas: a primeira inicia-se a 25 de

¹² Kerensky é conhecido por ter sido um político russo social-democrata que não conseguiu evitar a revolução bolchevique de Outubro de 1917 (Rabinowitch, 1976:123-125).

¹³ Habitualmente designado de PREC (Processo Revolucionário em Curso).

Abril de 1974 com a queda do Estado Novo e termina em 11 de Março de 1975 com a tentativa de golpe de estado do General António de Spínola; a segunda inicia-se após o 11 de Março de 1975 e corresponde ao período de maior radicalização do processo revolucionário, com o PCP e os radicais do MFA a ganharem maior influência no país e culmina a 25 de Novembro de 1975 com contra-golpe de estado dirigido por Ramalho Eanes - um membro do MFA e do Grupo dos Nove e aliado do PS - que neutralizou uma tentativa da extrema-esquerda de tomar o poder pela força no país; e, por fim, a terceira fase mantém-se entre o 25 de Novembro de 1975 e o 25 de Abril de 1976, uma época na qual a possibilidade da implantação de um regime comunista em Portugal já era praticamente nula e que terminou com as primeiras eleições legislativas após a queda do Estado Novo.

Seguidamente foi analisada a forma como os EUA reagiram à queda do Estado Novo em Portugal e às ocorrências do processo de transição para a Democracia em Portugal. Foi possível verificar que a época compreendida entre o 11 de Março de 1975 e o 25 de Novembro de 1976 foi aquela em que a política norte-americana mais receou a possibilidade de ver surgir um regime comunista no seio de NATO. Kissinger foi a figura da política americana mais pessimista relativamente à situação portuguesa mas, o embaixador americano em Portugal, Carlucci, defendia que Portugal não estava condenado a tornar-se um país comunista caso recebesse o apoio necessário dos outros países ocidentais. Após os acontecimentos o final do período de transição para a democracia em Portugal em 1976, foi possível verificar que a perspectiva de Carlucci era a correcta.

Após efectuar uma extensa revisão da literatura sobre os assuntos de interesse para conseguir responder à questão de investigação desta tese – de que forma o NYT fez a cobertura da transição portuguesa para a democracia que ocorreu num contexto de Guerra Fria? – será apresentado seguidamente o capítulo da metodologia e hipóteses no qual será discutido mais aprofundadamente o objectivo deste trabalho, as suas hipóteses e questão de investigação.

Capítulo 4 – Metodologia e Hipóteses

4.1 – Objectivo, questão de investigação e hipóteses do estudo

Até ao capítulo quatro desta dissertação, foi efectuada uma análise sobre as componentes dos processos de transição para a democracia, as especificidades que esse fenómeno adquiriu em Portugal – sendo vulgarmente caracterizado como um processo revolucionário – bem como uma análise sobre a importância dos média e as particularidades do jornal diário analisado neste estudo, o NYT. No presente capítulo serão apresentadas a questão e hipóteses de investigação deste estudo.

A questão de investigação deste estudo pretende compreender de que forma o jornalismo americano fez a cobertura da transição para a democracia em Portugal, sendo que o mundo se encontrava num contexto de Guerra Fria que era encabeçada pelos EUA e a URSS, respectivamente os representantes da ideologia capitalista e comunista. A revolução portuguesa trouxe até Portugal o perigo da implementação de um regime comunista, algo que não era favorável aos americanos que tinham interesses geopolíticos e geoestratégicos em Portugal devido ao facto deste país, apesar de ser semi-periférico, pertencer à Europa Ocidental, ser membro fundador da NATO e detentor da base das Lajes que era amplamente utilizada pelos EUA (Teixeira, 1995:815).

Esta dissertação também procura ajudar a descodificar a forma como os meios de comunicação social fazem a cobertura de processos de transição para a Democracia por ruptura, que diferem em muito dos outros processos de transição que são consentidos pelo regime ditatorial por acarretarem uma maior incerteza e risco de insucesso.

Procuraremos analisar de que forma o NYT transmitiu aos seus leitores os acontecimentos do processo de transição para a democracia em Portugal, tentando compreender se o jornal transmitia cepticismo (sendo que o cepticismo diz respeito à falta de confiança nas acções levadas a cabo pelos actores políticos portugueses e no rumo que o país estava a seguir) e negativismo relativamente ao sucesso da mudança de regime em Portugal.

Neste contexto, serão apresentadas seguidamente as hipóteses de investigação desta dissertação bem como as justificações históricas que levaram à sua criação.

Hipótese 1 – O jornal *The New York Times* transmite notícias mais negativas sobre Portugal no período compreendido entre 11 de Março de 1975 e 25 de Novembro de 1975, no qual a ameaça de Portugal se tornar um país comunista está mais patente.

Depois do Golpe de 11 de Março levado a cabo por Spínola na tentativa de derrubar o governo vigente, há uma radicalização do processo revolucionário em Portugal e o PCP aproxima-se cada vez mais do MFA. É também nessa época que no Sul e Centro de Portugal os trabalhadores rurais ocupam latifúndios e fábricas, o que demonstra que a revolução seguia claramente o rumo da radicalização política (Maxwell, 1995:139).

A 25 de Abril de 1975 Portugal teve eleições para a Assembleia Constituinte que foram ganhas pelos partidos democráticos emergentes, principalmente o PS e o PPD mas isso não impediu que durante todo o Verão de 1975 a extrema-esquerda partidária levasse a cabo medidas controversas como a tentativa de controlo de órgãos de comunicação social (casos República e Rádio Renascença) (Maxwell, 1999:152).

Durante 1975 os partidos moderados são apoiados financeiramente pelos Estados Unidos da América e pela Comunidade Económica Europeia (Maxwell, 1999:195), uma vez que o receio de Portugal se tornar um país comunista tornava-se cada vez maior. A 25 de Novembro de 1975, Ramalho Eanes e os seus aliados levam a cabo um contra-golpe de estado com sucesso que põe fim ao período mais radical da revolução e que deixa Portugal na posição de poder construir uma democracia do tipo Ocidental (Maxwell, 1999:175).

Assim, na hipótese 1 é esperado que o NYT demonstre uma maior preocupação internacional na instalação de um regime comunista em Portugal entre 11 de Março de 1975 e 25 de Novembro de 1976, traduzindo-se esse facto na existência de um maior número de notícias com uma carga negativa e de cepticismo mais acentuada.

No que diz respeito à hipótese 2, esta parte da noção de que os actores políticos são essenciais qualquer processo de transição para a democracia, sendo tal também evidente para o caso português em particular. Assim, é possível formular a seguinte hipótese:

Hipótese 2 – A visão do New York Times sobre os actores políticos portugueses deteriora-se à medida que o processo revolucionário avança, tornando-se mais negativa após o 11 de Março de 1975 e a saída de Spínola do poder e voltando a melhorar após os acontecimentos de 25 de Novembro de 1975.

Como já referido, o MFA levou a cabo o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 e a população portuguesa apoiou os militares, o que permitiu atribuir maior legitimidade à revolução e ao próprio MFA (Linz & Stepan, 1996: 118). Porém, a crise política e a tensão social de 1975 levaram a que a boa imagem e o apoio recebido pelos militares logo após o 25 de Abril de 1974 se desmoronasse aos poucos (Varela, 2012: 403).

Depois da tentativa de golpe de estado encabeçada por Spínola a 11 de Março, há uma radicalização do processo revolucionário em Portugal e o PCP aproxima-se cada vez mais do MFA. Também é nesta época de radicalização do processo revolucionário que figuras mais ligadas à extrema-esquerda, tais como Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho, ganham maior protagonismo por levarem a cabo medidas controversas como nacionalizações e apoio aos camponeses na ocupação de latifúndios no sul do país (Maxwell, 1995:139).

Neste contexto, é esperado que à medida que a radicalização do processo de Democratização português de acentue, o NYT reflecta a preocupação internacional na instalação de um regime comunista em Portugal, traduzindo-se esse facto na existência de um maior número de notícias com críticas dirigidas aos actores políticos que eram considerados como inimigos dos EUA.

Como também já foi referido no capítulo 3, os EUA apoiaram de várias formas os partidos e actores políticos moderados da política nacional (Maxwell, 1999:195) para que estes pudessem fazer frente à ameaça comunista, atribuindo-lhes mais protagonismo. Tendo em conta estes factos é possível formular a seguinte hipótese:

Sub-hipótese 2a – No decorrer do processo de transição para a Democracia em Portugal, vários actores políticos tornaram-se bastante mediáticos e os acontecimentos ímpares do processo revolucionário português fizeram com que determinados actores fossem mais mediáticos em épocas específicas da revolução e mais esquecidos noutras. Desta forma, é esperado que entre 25 de Abril de 1974 e 11 de Março de 1975 Spínola seja o actor político mais mediático, juntamente com Cunhal e Soares; entre 11 de Março de 1975 e 25 de Novembro de 1975 os mais mediáticos deverão ser a troika do MFA – Vasco Gonçalves, Otelo Saraiva de Carvalho e Costa Gomes e o PCP e respectivo líder, Álvaro Cunhal; e entre 25 de Novembro de 1975 e 25 de Abril de 1975 o *The New York Times* deve focar-se mais em figuras como Soares, Sá Carneiro e os membros do Grupo dos Nove.

No dia 25 de Abril de 1974, o grupo de militares do MFA depôs a ditadura de Salazar e Caetano que vigorava em Portugal há mais de quatro décadas. Após esse acontecimento, Spínola tornou-se Presidente e uma das principais figuras de destaque da política nacional (Rezola, 2007:71). O final da ditadura e o reaparecimento da liberdade levaram a que os partidos políticos se tornassem legais e o PCP, liderado por Álvaro Cunhal, tinha um longo historial de luta contra a ditadura e era o mais bem organizado na época. No entanto, também o PS, liderado por Mário Soares, que tal como Cunhal, regressou do exílio após a queda do Estado Novo, teve desde o início um papel importante no novo sistema político português (Bruneau et al, 1995:40; Maxwell, 1986:116). Desta forma, é expectável que Spínola, Mário Soares e Cunhal sejam as personalidades mais mediáticas nesta época e, ao nível institucional, espera-se que sejam o MFA, o PCP e o PS a ter um papel de destaque na imprensa americana.

A 30 de Setembro de 1975, e após meses de luta com a facção mais liberal do MFA e com os partidos políticos de centro-esquerda relativamente à questão colonial, Spínola demite-se do cargo de Presidente (Rezola, 2007:108). No entanto, o General não abandona as suas ambições políticas e a 11 de Março realiza uma tentativa de golpe de estado falhada que contribuiu fortemente para radicalização do processo revolucionário. A época que se seguiu ao 11 de Março foi de grande destaque para figuras ligadas à facção mais à esquerda do MFA, tais como Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Gonçalves e Costa Gomes e para o Partido Comunista Português que estava intimamente ligado a essa facção do movimento dos capitães (Maxwell, 1995:130 -

131). Desta forma, é esperado que Vasco Gonçalves, Costa Gomes, Otelo Saraiva de Carvalho e o PCP e respectivo líder, sejam particularmente mediáticos nesta fase.

No dia 25 de Novembro de 1975, após a ocorrência de uma tentativa de golpe de estado de esquerda que foi prontamente impedida pelo Grupo dos Nove, encabeçado por Ramalho Eanes (que era aliado do PS), a fase mais radical da transição portuguesa foi ultrapassada, fazendo com que a possibilidade de Portugal se tornar um país comunista se torna-se praticamente nula (Maxwell, 1995:178). Dessa forma, é possível adiantar que os actores políticos mais mediáticos entre 25 de Novembro de 1975 e a data do final da transição para a democracia, 25 de Abril de 1976, sejam os membros do Grupo dos Nove, bem como os partidos moderados – PS, PPD, CDS-PP – e respectivos líderes e membros mais influentes.

Para além de analisar quais os actores políticos e instituições mais importantes nas várias fases de transição portuguesa para a Democracia, interessa também tentar compreender até que ponto esse mediatismo ocorreu por razões positivas ou negativas. Assim, formulou-se a seguinte sub-hipótese:

Sub-hipótese 2b – De entre o grupo dos actores políticos mais mencionados, Mário Soares e respectivo partido deverão ser os menos criticados e Álvaro Cunhal, o PCP e o trio de militares composto por Vasco Gonçalves, Otelo Saraiva de Carvalho e Costa Gomes deverão ser os mais visados pela criticamente pelo NYT.

Esta hipótese está novamente relacionada com o facto de Portugal, um país da Europa Ocidental e membro da NATO ter estado na eminência de se tornar um estado comunista durante o período de transição para a democracia. Dessa forma, torna-se legítimo acreditar que o NYT tenha atribuído a instabilidade política portuguesa ao partido de Álvaro Cunhal e aos militares da ala mais à esquerda do MFA, nomeadamente Vasco Gonçalves, Otelo Saraiva de Carvalho e Costa Gomes (que, como já foi explicado, apesar de era visto como uma figura politicamente próxima de Otelo e Vasco Gonçalves pelos jornais americanos, tal não correspondia à verdade). Consequentemente, Mário Soares, líder do PS, deverá ser descrito de forma mais positiva e como um líder político moderado.

No contexto deste trabalho, importa também analisar de que forma os actores políticos internacionais e os actores políticos americanos em particular utilizaram os meios de comunicação social para transmitirem as suas expectativas relativamente à mudança de regime político em Portugal. Dessa forma é possível formular a seguinte hipótese:

Hipótese 3 – O actor político internacional que mais emite opiniões sobre a situação política portuguesa entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1976 é Kissinger.

Como é sabido, a transição portuguesa para a Democracia tornou-se um fenómeno de popularidade á escala mundial e enquanto Portugal definia que rumo político seguir, a democracia liberal ou a democracia popular, os partidos que representavam as diferentes perspectivas políticas receberam apoio internacional. Destaca-se a ajuda financeira por parte da Alemanha Ocidental e dos Estados Unidos da América aos partidos moderados e da União Soviética ao PCP (Gomes & Sá, 2008: 121) bem como o auxílio ao nível de orientação ideológica, apoio político e assistência técnica proveniente do Norte da Europa e França, entre outros (Jalali, 2007: 65). Porém, apesar de ser claro que houve envolvimento de vários países na transição portuguesa, dado o contexto de Guerra Fria em que esta se desenrolou, é natural que os EUA tivessem uma preocupação acrescida com os acontecimentos em Portugal e o facto de o jornal analisado ser americano também poderá contribuir para que seja dado mais espaço aos actores políticos

Relativamente ao facto de Kissinger aparecer como a figura que deverá expressar-se mais sobre a situação política portuguesa, essa expectativa prende-se com o facto de o Secretário de Estado americano se ter demonstrado particularmente receoso com a possibilidade de Portugal entrar no espectro da influência soviética e de o ter manifestado bastante veemente em determinadas situações: aquando da inclusão de membros do partido comunista no 1º Governo Provisório e após os acontecimentos do 11 de Março e suas consequências – a ascensão de Vasco Gonçalves, a aprovação de nacionalização e do programa de reforma agrária, a unicidade sindical, a institucionalização do MFA e a criação do Conselho da Revolução. Estes e outros acontecimentos fizeram Kissinger acreditar que “Portugal estava perdido para o Ocidente” (Gomes e Sá, 2008:163) e essa descrença deve estar presente na cobertura

mediática do NYT que deverá dar bastante tempo de antena a este líder político para abordar a questão da revolução portuguesa. Tendo com conta esta situação, é possível formular a seguinte sub-hipótese:

Sub-hipótese 3a – Kissinger é quem dá voz às principais críticas e receios do governo americano relativamente à situação política portuguesa entre 1974 e 1976, sendo que essas críticas e receios são maioritariamente relativos ao Partido Comunista Português (e seu líder e respectivos membros) e à troika formada por Vasco Gonçalves, Otelo Saraiva de Carvalho e Costa Gomes.

Como já foi referido na hipótese anterior, Kissinger demonstrou-se particularmente receoso com a possibilidade de Portugal enveredar por um sistema político comunista (Gomes e Sá, 2008:163) e é possível que esse receio esteja presente nos meios de comunicação social americanos, nomeadamente no objecto de estudo desta dissertação, o NYT.

Desta forma, torna-se legítimo acreditar que o NYT fará uma cobertura da transição para a Democracia em Portugal com referências e destaque para a discórdia e pessimismo dos actores políticos americanos face aos actores políticos portugueses, com especial destaque para as críticas de Henry Kissinger.

Apesar do jornal NYT ser considerado um jornal liberal, o processo revolucionário português foi bastante conturbado, especialmente entre o período compreendido entre 11 de Março de 1975 e 25 de Novembro de 1975. Desta forma, é possível criar a seguinte sub-hipótese:

Sub-hipótese 3b – As acções levadas a cabo pelos actores políticos americanos e comentários efectuados pelos mesmos, são descritas pelo *The New York Times* como fundamentais para melhorar a situação política portuguesa.

Uma vez que Portugal teve a possibilidade de se tornar um país comunista durante o período de transição para a Democracia e tendo por base a teoria de Entman referida anteriormente sobre os *frames* da Guerra Fria (1993) é possível acreditar que o NYT destaque os problemas existentes durante a mudança política portuguesa e apoie as

acções e comentários dos actores políticos americanos que se oponham ao crescimento e implementação de um modelo político soviético em Portugal

Neste sub-capítulo foi apresentada a questão e hipóteses de investigação deste estudo e foi explicada a importância de estudar a cobertura mediática americana da transição portuguesa para a democracia dado o contexto internacional específico em que o Mundo se encontrava na década de 1970. Seguidamente, será efectuada uma introdução à metodologia de investigação eleita para este trabalho – a análise de conteúdo – bem como uma caracterização dos dados analisados através deste método de investigação.

4.2 – Metodologia de Investigação e caracterização dos dados

No âmbito desta dissertação a metodologia que será utilizada é a análise de conteúdo que, sucintamente, pode ser descrita como um método que permite analisar mensagens de forma “qualitativa, sistemática e objectiva” (Neuendorf, 2002:1) e que através desses pressupostos, permite fazer inferências válidas e replicáveis (Krippendorff, 2004:18).

Esta metodologia é posta em prática recorrendo a três processos distintos: descrição, inferência e interpretação, o que significa que a análise de conteúdo não se limita a apresentar descrições sobre os objectos de estudo, permite também fazer inferências sobre os conteúdos das mensagens e sobre os seus antecedentes, causas e consequências e interpretar o seu significado (Bardin, 1977:33). Através de um conjunto de regras base que podem ser adaptáveis a diferentes estudos, a análise de conteúdo dá ao investigador a capacidade de analisar o conteúdo mais profundo das comunicações e adquirir conhecimentos que não são compreensíveis após um primeiro contacto. (Bardin, 1977:25).

A análise de conteúdo é posta em prática através da codificação das mensagens em diversas categorias (ou grupos) escolhidas de acordo com os objectivos do estudo (Milne & Adler, 1999). A codificação é um dos processos mais importantes da análise de conteúdo, uma vez que vai determinar a validade das inferências retiradas do estudo mas também é importante que seja feita de forma suficientemente explícita para ser compreensível e replicável por outros investigadores (Krippendorff, 2004:125) e para isso os elementos que são incluídos e excluídos da codificação devem ser seleccionados cuidadosamente para não serem manipulados de forma a comprovarem as hipóteses em

estudo (Keyton, 2001). Destaque-se também que a criação de um código (ou codebook) é extremamente importante porque este vai influenciar o trabalho do analista: se for excessivamente complexo, instável ou mal explorado, o codebook vai condicionar o resultado da investigação (Bardin, 1977:27).

Apesar de no passado se ter considerado que a análise de conteúdo só podia ser aplicada em comunicações linguísticas (Henry & Moscovici, 1968), actualmente reconhece-se que esta metodologia pode ser posta em prática em qualquer tipo de comunicação, trata-se esta de um discurso, de um texto escrito, de uma pintura ou de uma entrevista (Bardin, 1977:25). É importante referir que a análise de conteúdo é uma das metodologias mais aplicadas em estudos relacionados com a comunicação de massas (Riffle & Freitag, 1997; Yale & Gilly, 1988) e o método mais utilizado no estudo de mensagens políticas (Graber, 2005).

A análise de conteúdo é uma metodologia que tem vantagens e desvantagens. Dentro do grupo das vantagens é possível destacar as mais-valias de permitir ao investigador afastar-se dos perigos da interpretação espontânea e permitir-lhe avaliar criticamente o seu trabalho (Bardin, 1977:24); de consentir a análise de dados que anteriormente não estavam estruturados de forma sistemática e quantificável (Krippendorf, 1980) e de disponibilizar ao investigador um leque de apetrechos que são adaptáveis a diferentes contextos (Bardin, 1977:27). Em termos de desvantagens destaca-se o facto de requerer muito tempo e esforço na recolha e tratamento de informação (sobretudo quando o tratamento da informação é feito manualmente) e de poder gerar situações em que diferentes codificadores interpretam e tratam a informação de formas distintas, levando a casos de falta de consenso (Krippendorf, 1980).

Para cumprir os objectivos desta investigação, que são em linhas gerais, compreender de que forma o jornal de referência americano *The New York Times* efectuou a cobertura da transição portuguesa num contexto de Guerra Fria - que era vivida tão intensamente nos EUA - a análise de conteúdo é a metodologia mais adequada porque permitirá, através da utilização de um codebook, efectuar a recolha dos dados necessários para testar as hipóteses anteriormente elaboradas.

Importa também referir que esta metodologia pode ser aplicada em estudos quantitativos e qualitativos e apesar de a sua abordagem qualitativa não reunir o consenso dentro da comunidade científica, existe um grupo bastante considerável de defensores da importância da análise de conteúdo qualitativa e das grandes vantagens destes estudos (Altheide, 1996; Peacon et al, 1999; Krippendorf, 2004). Tendo em conta as vantagens da análise de conteúdo qualitativa, nesta dissertação será feito um estudo que procurará estudar qualitativamente os dados adquiridos através da codificação das notícias do NYT e serão utilizadas citações de notícias para ilustrar e suportar as descobertas efectuadas através da análise efectuada com o codebook.

Nesta dissertação será utilizado o codebook *“The Mediatization and Framing of the 2009 EP Election”*, coordenado por Jesper Stromback, que apesar de ser um codebook criado para estudar a cobertura mediática das eleições europeias, permite avaliar vários factores que são essenciais para esta dissertação, tais como o mediatismo dos actores políticos e o pessimismo contido nas notícias. Destaque-se ainda que este codebook foi adaptado e complementado com mais algumas categorias e variáveis que o tornaram mais adequado ao estudo em causa, nomeadamente para permitir um melhor estudo da posição dos EUA relativamente à democratização portuguesa.

Para testar essas mesmas hipóteses foi efectuada uma análise extensa e sistemática da cobertura noticiosa do NYT à transição portuguesa para a democracia, sendo que foram seleccionadas todas as notícias editadas pelo jornal em causa, sobre Portugal e com temas políticos, sendo excluídas da equação notícias sobre as ex-colónias portuguesas e respectivos processos de independência e notícias sobre a posição de outros países que não os EUA e a URSS sobre a democratização em Portugal.

No contexto deste trabalho verificou-se que seria importante testar de forma mais efectiva quais os períodos temporais em que o NYT transmitiu aos seus leitores bons ou mais indícios relativamente à situação política portuguesa. Desta forma, as hipóteses criadas foram formuladas de forma a testar as notícias analisadas dividindo-as em três períodos do processo de transição para a democracia que, pelos acontecimentos que lhe são associados, tornam-nos distintos:

Tabela 4 - As três fases do processo revolucionário

| | Fase 1 | Fase 2 | Fase 3 |
|---------------------------------|--|---|--|
| Período Temporal | 25/04/1974 - 11/03/1975 | 12/03/1975 - 25/11/1975 | 26/11/1975 - 25/04/1976 |
| Acontecimentos Marcantes | <ul style="list-style-type: none"> - Queda do Estado Novo - Conflitos entre Spínola e outras facções do MFA - Vasco Gonçalves torna-se Primeiro-Ministro - Spínola abandona o cargo de Presidente da República - Tentativa de golpe de estado falhada de Spínola e radicalização do processo revolucionário | <ul style="list-style-type: none"> - Nacionalizações - Mobilização popular - Pacto partidos-MFA - Eleições Constituintes - Violência anti-comunista no Norte do país - PS e PPD abandonam governo - Moderados do MFA vencem na Assembleia de Tancos: Vasco Gonçalves abandona o poder - Processo golpista com vitória dos moderados | <ul style="list-style-type: none"> - Fim da possibilidade de Portugal de tornar um país comunista - Aprovação da Constituição - Primeiras eleições legislativas após a queda do Estado Novo - Fim da transição para a Democracia |

Todas as notícias do NYT analisadas foram codificadas manualmente e o único responsável pela codificação das notícias presentes nestes estudos teve preparação prévia antes de efectuar o trabalho para poder evitar falhas passíveis de ocorrer durante o processo de codificação manual. Essa preparação consistiu em efectuar testes provisórios com posterior esclarecimento de dúvidas junto do orientador desta dissertação antes de iniciar o trabalho de codificação.

Neste contexto importa apresentar uma caracterização dos dados analisados nesta tese, bem como outros dados importantes para o contexto da transição portuguesa: o número total de notícias publicadas pelo NYT sobre Portugal entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Abril de 1976 e o número de notícias sobre as ex-colónias e respectivos processos de independência:

Tabela 5 - Caracterização dos dados

| Número de notícias no NYT entre 25/04/74 e 25/04/76 sobre Portugal | Número de notícias analisadas | Número de notícias sobre as ex-colónias | Tamanho médio das notícias analisadas |
|---|--------------------------------------|--|--|
| 2410 | 244 | 442 | 245,6cm2 |

Para a análise das várias hipóteses criadas no contexto desta dissertação foram utilizadas variáveis distintas do codebook e na tabela abaixo é possível encontrar uma síntese dessa questão que será útil para, posteriormente, compreender os dados indicados nos testes das hipóteses:

Tabela 6 - Variáveis em estudo nas diferentes hipóteses

| Hipótese | Objectivo de estudo | Variável |
|-----------------|---|-----------------|
| Hipótese 1 | Cepticismo do NYT relativamente à situação política portuguesa | A12 |
| Hipótese 1 | Cepticismo do NYT relativamente aos actores políticos portugueses | A14 |
| Hipótese 1 | Adjectivos e descrições negativas no NYT | A42 |
| Hipótese 1 | Desentendimentos ente Actores políticos portugueses no NYT | A43 |
| Hipótese 1 | Críticas em ink-bites entre actores políticos portugueses | A44 |
| Hipótese 1 | Más notícias | A77 |
| Hipótese 2 | Críticas a actores políticos portugueses | A14 |
| Sub-hipótese 2b | Actores políticos mais mediáticos | A40 |
| Hipótese 3 | Comentários de actores políticos internacionais ao NYT | A55 |
| Sub-hipótese 3a | Cepticismo de actores políticos americanos | A74 |
| Sub-hipótese 3b | Alvo do cepticismo dos actores políticos | A75 |

Neste sub-capítulo foi efectuada uma apresentação da questão de investigação, hipóteses de investigação e metodologia, bem como uma caracterização dos dados utilizados neste trabalho. Seguidamente passaremos a apresentar os resultados empíricos obtidos a partir dos testes das hipóteses criadas para esta dissertação

Capítulo 5 – Análise da Cobertura Mediática do The New York Times à Revolução portuguesa 1974-1976.

Após a elaboração de uma revisão de literatura sobre o contexto de democracia, transição democrática e suas tipologias, a terceira vaga de democratização – na qual Portugal se insere – e apresentar detalhadamente as especificidades da revolução portuguesa, foram igualmente expostas a questão de investigação e as hipóteses a testar nesta dissertação. Mais uma vez, importa lembrar que este trabalho se concentra em avaliar de que forma os meios de comunicação de referência americanos, neste caso em particular o NYT, efectuou a cobertura mediática do processo de transição para a democracia em Portugal que ocorreu num contexto tão sensível e particular como a Guerra Fria.

Seguidamente será testado até que ponto o NYT fez, ou não, uma cobertura céptica e negativa da democratização portuguesa, algo que é bastante importante, porque essa cobertura condicionou a imagem que os leitores deste jornal de referência ficaram do processo de mudança de regime em Portugal. Será também avaliada a forma como os actores políticos portugueses foram vistos pelo mesmo jornal, quais os actores políticos foram mais mediáticos ao longo do período de transição e quais os actores e instituições políticas foram mais criticados ou vistos como inimigos dos EUA, do Ocidente e do sistema capitalista. Por fim, será avaliada a forma como os actores políticos americanos se expressaram junto da comunicação social do seu país sobre a situação política portuguesa, quais os actores americanos que mais o fizeram e, no caso de existirem críticas ou cepticismo da parte destes, quais foram os alvos desses receios e críticas.

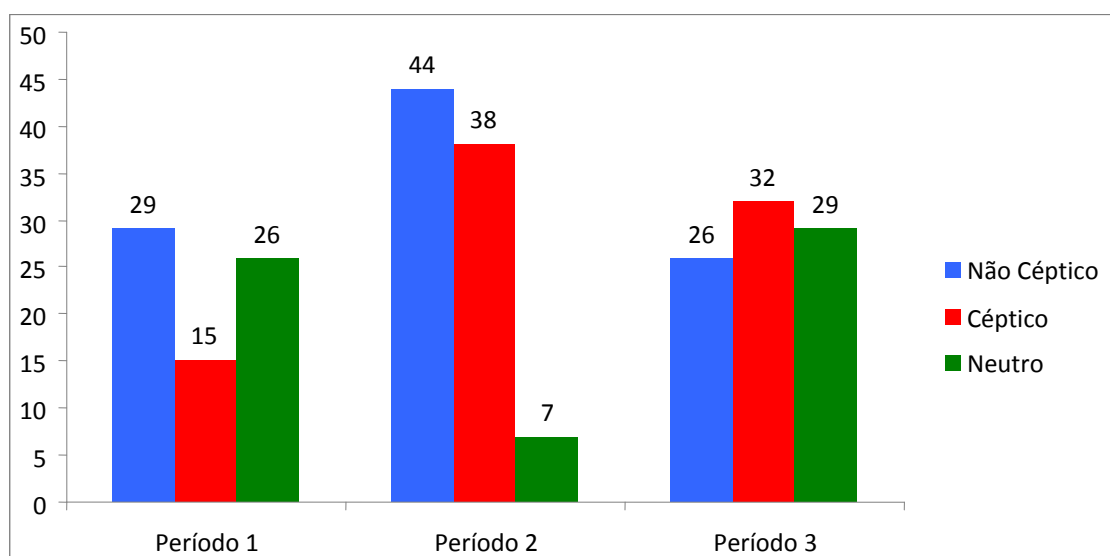
5.1 - Negativismo e cepticismo na cobertura mediática do NYT.

Para averiguar se o *The New York Times* transmite notícias mais negativas no período mais conturbado do processo revolucionário (entre 11 de Março de 1975 e 25 de Novembro de 1975) foram analisadas as variáveis do codebook indicadas no capítulo 4 que permitem aferir quais notícias com tom mais negativo e céptico relativamente à política portuguesa e aos seus actores políticos. A análise seguidamente apresentada

pretende averiguar se as expectativas para a criação da hipótese 1 são efectivamente são realistas.

A análise dos gráfico 1 demonstra que o cepticismo do NYT relativamente à situação política portuguesa é bastante mais elevado no período mais conturbado da transição para a Democracia e no qual houve a ocorrência de factores que despoletaram esse cepticismo: a ascensão da facção gonçalvista, a criação do Conselho da Revolução, a aprovação do plano de nacionalização e a reforma agrária. Este sentimento negativo por parte do NYT não foi totalmente colmatado após o 25 de Novembro de 1975 uma vez que Portugal ainda tinha de realizar aprovar a Constituição democrática e realizar as eleições legislativas de 25 de Abril de 1976 para completa a sua transição para a democracia.

Gráfico 1 - Cepticismo nas notícias do NYT nos vários períodos de transição democrática



Um bom exemplo da preocupação e cepticismo acrescidas por parte dos americanos face à política portuguesa pode ser lido na notícia do dia 30 de Agosto de 1975 do NYT, editada em pleno “Verão Quente” e na qual é descrita a gravidade da situação política portuguesa e o PCP de Álvaro Cunhal é implicado como o principal responsável por toda a instabilidade que o país estava a atravessar:

“Portugal is facing one of the gravest crises of the 800-year history as a consequence of a half-century of fascist dictatorship and also the direction that

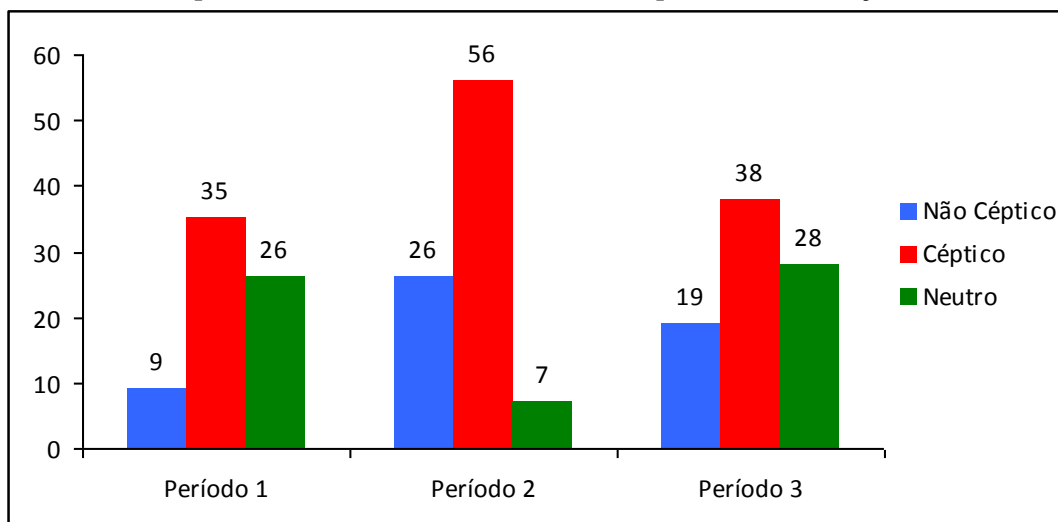
the revolution initiated April 25, 1974, has taken in the last few months. (...) The erroneous and aggressive policies of the Communist party are the principal reason of the present difficulties”

Relativamente aos sentimentos do NYT relativamente aos actores políticos portugueses, é possível verificar no gráfico 2 que o NYT transmite mais cepticismo relativamente aos actores políticos portugueses no período dois (entre 11/03/1975 e 25/11/75). Verifica-se igualmente que no período três ainda contém um número elevado de notícias com cepticismo relativamente aos actores políticos portugueses e que o período um é aquele em que este sentimento está menos presente.

Um exemplo do crescente cepticismo do NYT relativamente aos actores políticos durante o período mais radical da transição portuguesa pode ser encontrado nesta notícia do dia 12 de Outubro de 1975 sobre Otelo Saraiva de Carvalho na qual o jornal demonstra grande incerteza e falta de confiança relativamente á figura do General, mesmo antes da ocorrência dos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975:

“Gen. Otelo Saraiva de Carvalho, head of the military Security Command, is the country’s most baffling example of the flimsiness of words. He makes outrageous remarks on all sides, trying, in turn, to please and provoke. But he continues to be an important factor because he still does seem to have some effective command of his men, whom he used to help Premier José Pinheiro de Azevedo topple his pro-Communist predecessor and has since sometimes used to undermine Premier Azevedo.”

Gráfico 2 - Cepticismo nas notícias do NYT nos vários períodos de transição democrática



Quanto à transmissão de desentendimentos entre actores políticos portugueses com e sem ink-bites pela *Gray Lady* do jornalismo americano, estas variáveis permitem-nos aferir se este jornal demonstrou uma imagem de falta de coesão entre os políticos portugueses num momento determinante da história de Portugal. Neste ponto, ao analisar os gráficos 3 e 4 é possível verificar que o número de notícias onde é transmitida essa falta de coesão é muito elevado nos três períodos temporais em análise mas, o período 2 é novamente aquele que se encontra em destaque pela negativa no gráfico 4 e, no gráfico 3, o período 3 tem apenas mais uma notícia presente com adjectivos e descrições negativas do que o período 2:

Gráfico 3 - Adjectivos e Descrições Negativas Presentes no NYT nos vários períodos revolucionários

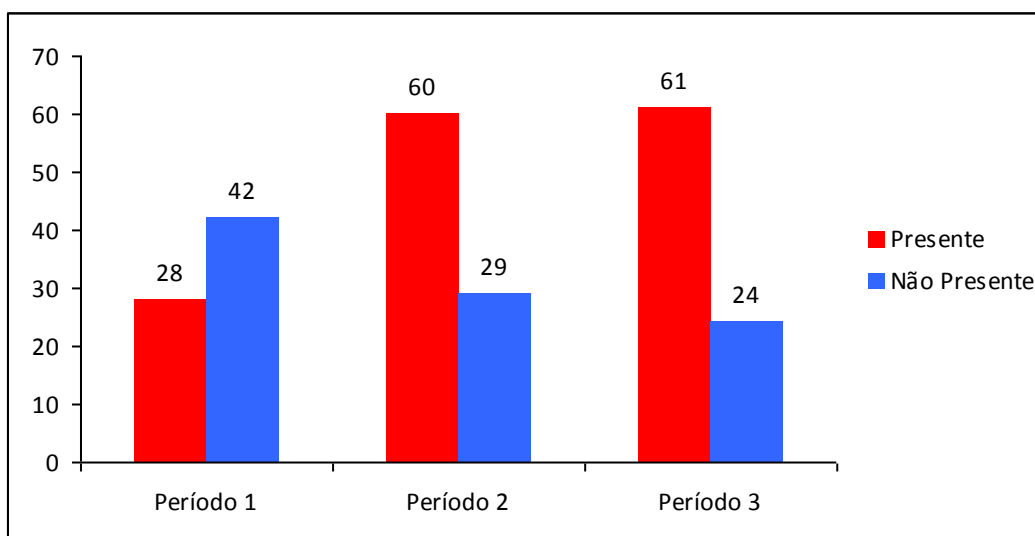
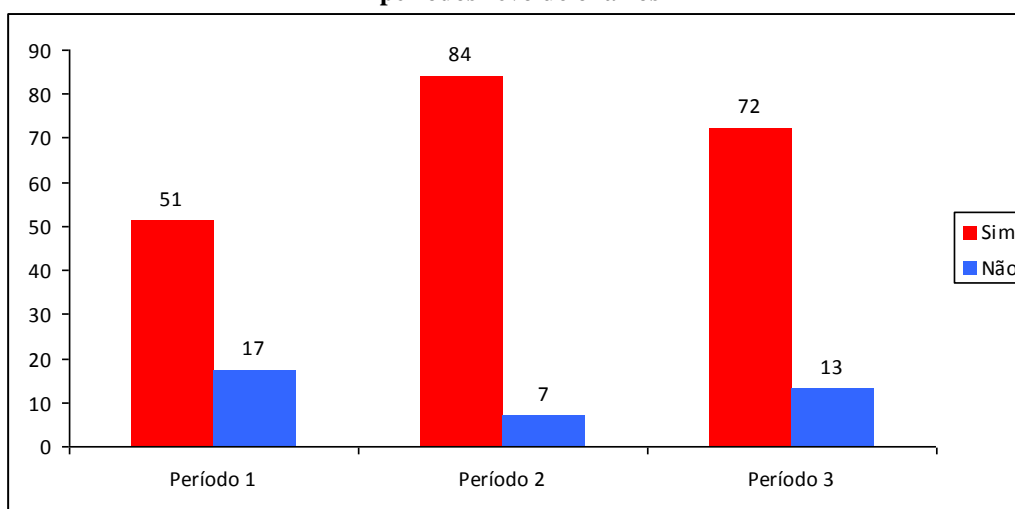


Gráfico 4 - Desentendimentos entre Actores Políticos Portugueses presentes no NYT nos vários períodos revolucionários



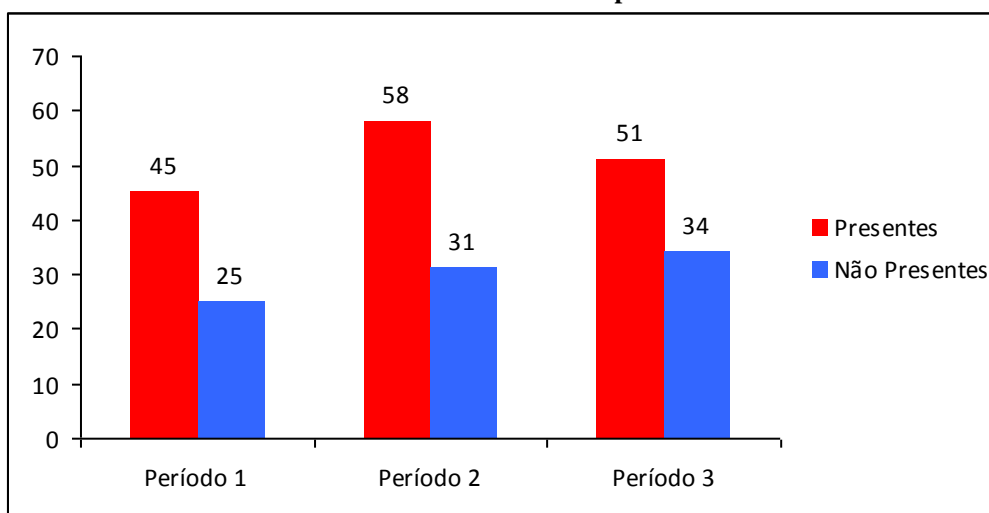
Mais uma vez importa ilustrar esta situação com um exemplo de uma notícia do NYT na qual é possível encontrar uma crítica do PS ao PCP publicada no dia 25 de Junho de 1975 que, destaque-se, não faz parte do período mais conturbado do processo revolucionário:

“The socialists here in Lisbon charge that the Portuguese Communist Party is ‘totally dependent on funds from Moscow, that it has over 2000 full-time paid

workers, that it is well armed – all financed by Moscow - and that its leader, Mr. Cunhal, is subjected to Moscow's direction'.”

Por fim, a última questão em análise permite aferir quais das notícias analisadas possuem uma carga marcadamente negativa. O gráfico 5 demonstra que o número de notícias negativas é novamente superior no período entre 11 de Março de 1975 e 25 de Novembro de 1975. Destaque-se também que nos três períodos analisados o número de notícias negativas é sempre muito elevado, o que é bastante significativo – a grande maioria das notícias do *The New York Times* sobre Portugal durante o seu período de transição para a democracia são negativas.

Gráfico 5 - Más notícias no NYT nos vários períodos revolucionários



Para exemplificar esta questão foi seleccionado uma notícia correspondente ao período menos conturbado da transição para a Democracia – a notícia data do dia 11 de Janeiro de 1976 - mas possui uma carga bastante negativa por abordar essencialmente os efeitos negativos ou “desastrosos” que a revolução portuguesa trouxe para a economia e para outras áreas importantes do país e também por pôr em causa a solidez da jovem democracia portuguesa:

“The results of the national spree are disastrous: a grave economic condition with the country on the edge of bankruptcy, chaos in education, unproductive and unpredictable labor, military indiscipline, 400.000 refugees from the colonies to be absorbed, and, graver still, growing doubts about Portugal's ability to maintain its young Democracy.”

Em suma, é possível verificar empiricamente que o número de notícias negativas é bastante superior no período compreendido entre 11 de Março de 1975 e 25 de Novembro de 1975 (variável A77), também nesse período o NYT demonstra incerteza relativamente ao comportamento dos actores políticos portugueses (variáveis A43 e A44), transmite cepticismo relativamente à situação política portuguesa e aos actores políticos nacionais (variáveis A12 e A13) e publica notícias com uma carga negativa bastante forte (variáveis A41 e A42). É importante destacar ainda que mesmo na época menos radical da transição portuguesa para a democracia, os valores de cepticismo, as descrições negativas, o número de notícias com um tom marcadamente mau e a cobertura dos desentendimentos entre actores políticos são sempre consideravelmente elevados. Estes factores comprovam a teoria de Entman (1993) sobre os jornais americanos se dedicarem à criação de *framings* sobre a Guerra Fria para poder julgar e propor soluções para a ameaça comunista e comprova igualmente que o jornalismo americano, mesmo no caso de um jornal de referência como *The New York Times*, é marcadamente pessimista e céptico (Patterson, 2000) e dá preferência à eleição de assuntos negativos.

5.2 – A cobertura mediática dos actores políticos portugueses.

Após analisar a cobertura mediática do *The New York Times* sobre a situação política portuguesa entre 1974 e 1976 de forma a compreender se o jornal apresentava uma perspectiva céptica e negativa dos acontecimentos ocorridos em Portugal, importa agora analisar a forma como o mesmo jornal avaliou as acções dos actores políticos portugueses no decorrer do processo de democratização. Para começar a análise da hipótese 2 é importante avaliar se as notícias analisadas criticam especificamente algum actor político, algo que é bastante importante porque permite compreender quais os actores políticos mais criticados e se as críticas incidem sobre diferentes actores políticos em épocas distintas da revolução portuguesa ou, segundo Norris (1995) quais as figuras políticas portuguesas que os *framings* da Guerra Fria definiam como amigos e inimigos dos EUA.

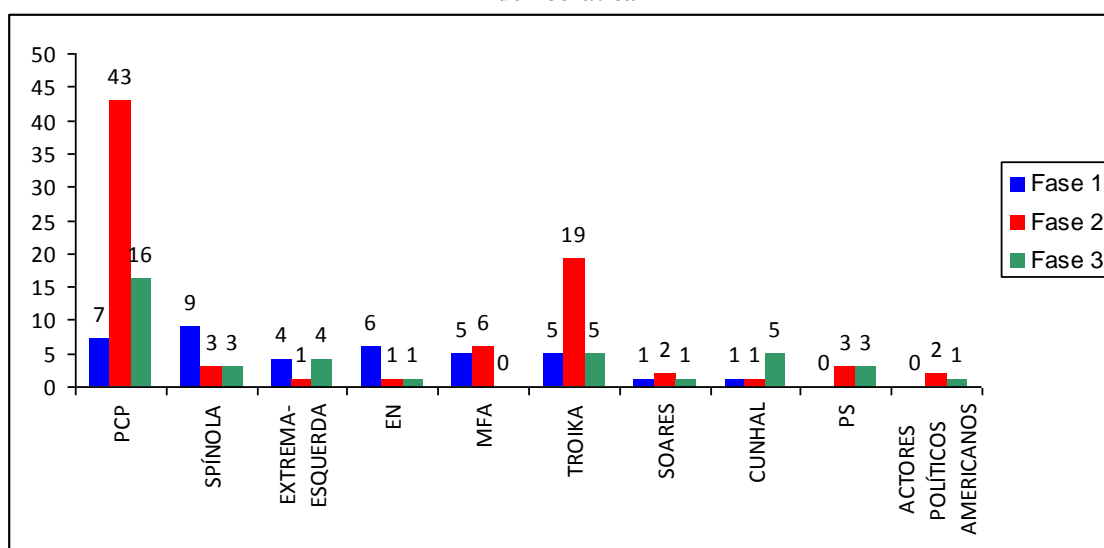
Como é possível verificar no Gráfico 6 abaixo apresentado, durante a primeira fase do processo revolucionário a figura mais criticada foi António de Spínola, o Presidente da

República português, e este é seguido de perto pelo regime ditatorial derrubado, o Estado Novo, e pelo PCP.

Para ilustrar esta situação é possível apresentar um excerto de uma notícia do NYT do dia 17 de Julho de 1974 na qual o jornal descreve atitudes incorrectas levadas a cabo por Spínola:

“They were disturbed by the general unrest in the country (...) and were said to have resented what looked like a power grab by President Spínola in the form of a proposal to stage a quick presidential election at a time when free political life was only beginning”

Gráfico 6 - Críticas a Actores e Instituições Políticas nos diferentes períodos de transição democrática



Seguidamente, e de forma a testar se as críticas aos actores políticos portugueses aumentaram após os acontecimentos de 11 de Março de 1975, foi analisado o período compreendido entre 11 de Março de 1975 e 25 de Novembro de 1975, a data que marca o final do período mais radical da transição para a democracia em Portugal. Nesta fase o PCP é de longe a instituição política mais criticada pelo NYT e é seguido pela troika. Destaque-se que para o jornal americano, estes actores políticos representavam o perigo da instauração de um regime comunista em Portugal e por isso o número de críticas a estes actores é tão elevado neste período conturbado.

É possível ler numa notícia do NYT correspondente ao dia 10 de Agosto de 1975 a forma como o Partido Comunista Português era temido nos EUA e sinónimo de uma ditadura de esquerda para Portugal:

“The revolution that excited the world because it promised to bring Democracy to a country mired in dictatorship for almost half a century is, 15 months later, threatening to turn it back to dictatorship. Fascism is at the point of being replaced by Communism (...).”

A terceira fase analisada mantém as críticas ao PCP e à troika, mas estas diminuem bastante em número – o que é consequência do afastamento da ameaça comunista em Portugal após o 25 de Novembro de 1975

A tabela 7 permite complementar o gráfico 6, uma vez que demonstra que houve um maior número de notícias no NYT no segundo período de análise e que a média de críticas por notícia também foi mais elevada nesta fase da transição para a democracia.

Tabela 7 - Média de críticas por notícias a actores políticos e instituições

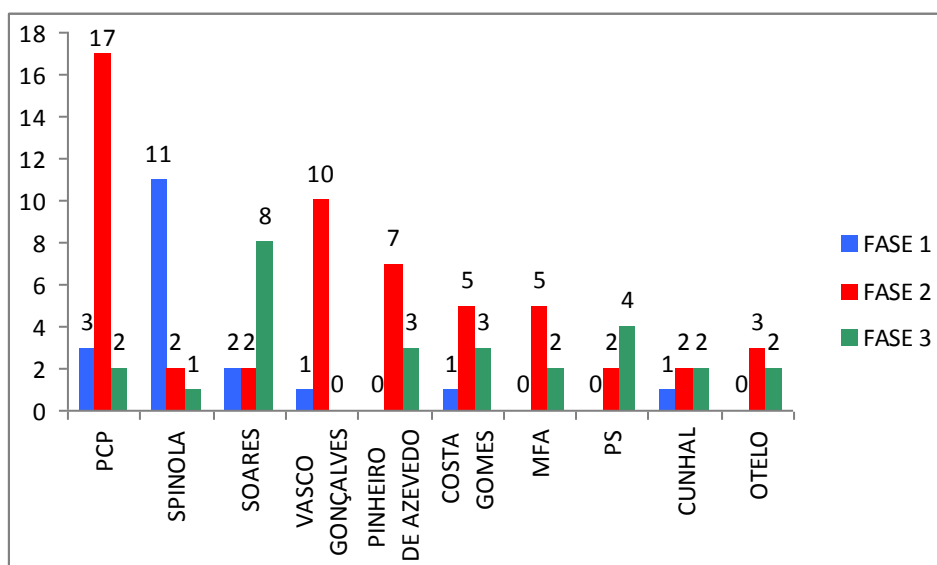
| Período Temporal | Número de Notícias | Críticas a Actores/ Instituições Políticas | Média de Críticas por Notícia |
|---|---------------------------|---|--------------------------------------|
| 25/04/1974 - 11/03/1975 | 68 | 48 | 0,71 |
| 11/03/1975 - 25/11/1975 | 91 | 87 | 0,96 |
| 26/11/1975 - 25/04/1976 | 85 | 49 | 0,58 |

Passando para a hipótese 2b, esta pretende averiguar até que ponto o mediatismo dos actores políticos foi condicionado pelos acontecimentos particulares da revolução portuguesa.

Começando por analisar o gráfico 8, é possível verificar que Spínola é efectivamente o actor político mais mediático, o que é fácil de compreender uma vez que este assumiu o cargo de Presidente da República até Setembro de 1974 e a sua governação não foi fácil

devido aos conflitos com as facções menos conservadoras do MFA e aos partidos políticos moderados que não concordavam com algumas das suas propostas, sendo a mais controversa a criação um sistema de federações para as ex-colónias. Destaque-se que se analisarmos o gráfico 8 juntamente com o gráfico 7 é fácil compreender que o mediatismo de Spínola é essencialmente associado a críticas porque, no mesmo período temporal em análise no gráfico 7, Spínola era o actor político português mais criticado.

Gráfico 7 - Actores Políticos Portugueses mais mediáticos em diferentes períodos da transição portuguesa para a democracia



Após o 11 de Março, e como já foi dito anteriormente, houve uma radicalização do processo revolucionário e todo o sistema político português virou à esquerda. Esse factor traduziu-se também na mediatização dos actores políticos de esquerda, uma vez que, como é possível verificar no Gráfico 8, o PCP é quem merece o maior destaque do NYT e é seguido de perto por Vasco Gonçalves, o líder da facção gonçalvista do MFA. Também é interessante verificar que Costa Gomes e Otelo Saraiva de Carvalho também são os actores principais de várias notícias e, somando as notícias em que Vasco Gonçalves, Costa Gomes, Otelo Saraiva de Carvalho foram os actores principais das notícias do jornal americano temos um total de 18 notícias, o que demonstra que estas três figuras juntas obtiveram mais mediatismo do que o PCP. No entanto, tal como acontece para Spínola no período de análise anterior, as menções à troika e aos actores políticos que a compõe não são particularmente positivas. Destaca-se uma notícia do NYT do dia 3 de Junho de 1975 na qual Vasco Gonçalves é acusado de apoiar o PCP

que tinha demonstrado não ser o partido preferencial dos portugueses nas eleições constituintes de 25 de Abril de 1975:

“Premier Gonçalves would have been more persuasive if he and the dominant military group he heads had not sided so consistently with the Communists in their battles with the Socialists and Popular Democrats, who together rolled up a 64% majority in the April elections.”

Por fim, a época compreendida entre 25 de Novembro de 1975 e 25 de Abril de 1976 que corresponde ao final da ameaça comunista traz-nos Soares e respectivo partido, o PS, em grande destaque – o que reflecte a ascensão dos actores políticos e instituições moderadas e a perda de influência dos representantes das ideologias de extrema-esquerda. É importante destacar igualmente que o dia 25 de Abril de 1976 correspondeu às primeiras eleições legislativas após o fim do Estado Novo, eleições essas nas quais o PS foi o partido mais votado e durante a campanha eleitoral o NYT foi transmitido a expectativa da vitória do partido de Soares, o que contribuiu favoravelmente para o PS e Mário Soares aparecerem como o actor e instituição políticas mais mediáticas desta fase.

Quando comparado o gráfico 7 com o gráfico 6 é possível concluir que o mediatismo de Soares não está particularmente associado a críticas porque o número de vezes que o partido socialista e o seu líder são criticados pelo NYT é bastante baixo. Destaque-se por exemplo a notícia do NYT do dia 27 de Abril de 1975 na qual o mérito da vitória do PS nas eleições constituintes é atribuído maioritariamente a Mário Soares:

“Despite a leftist smear campaign against them, the Socialists led the field with 38% - a personal tribute to their leader, former Minister Mário Soares, who had been imprisoned and exiled by the fascist dictatorship,”

Por fim, é importante utilizar as conclusões retiradas nesta hipótese para destacar que determinados actores políticos que são frequentemente mencionados na literatura sobre a revolução portuguesa e aos quais é atribuído bastante importância neste processo - casos como Rosa Coutinho (o Almirante Vermelho), Freitas do Amaral (fundador do CDS-PP), Sá Carneiro (líder histórico do PPD) ou Melo Antunes e os restantes

membros do Grupo dos Nove (que foram essenciais para se alcançar o final da fase mais radical transição portuguesa) - não foram particularmente mediatizados pela comunicação social de referência americana (como é possível verificar nos gráficos 6 e 7). Este factor é extremamente importante porque demonstra um certo centrismo do NYT na cobertura mediática, focando-se apenas em determinados actores, nomeadamente aqueles que pareciam, aos olhos da política americana, representar um maior perigo de conseguir a implementação de um regime comunista num país da Europa Ocidental e membro da NATO – Álvaro Cunhal e o PCP e a ala mais à esquerda do MFA – e aqueles que pareciam ter mais capacidade para fazer frente a essa situação – o PS e Mário Soares. Este facto permite-nos pensar que os acontecimentos e os actores políticos que temos hoje presentes como tendo sido essenciais e fundamentais para o processo de democratização português poderão não ter sido considerados tão importantes no decorrer dos acontecimentos por determinadas entidades que ignoraram a sua importância, nomeadamente o jornal de referência americano *The New York Times*.

Após analisar a forma como os actores políticos portugueses foram avaliados pelo NYT, importa agora avaliar a forma como os actores políticos americanos abordaram a mudança política e Portugal junto da imprensa de referência.

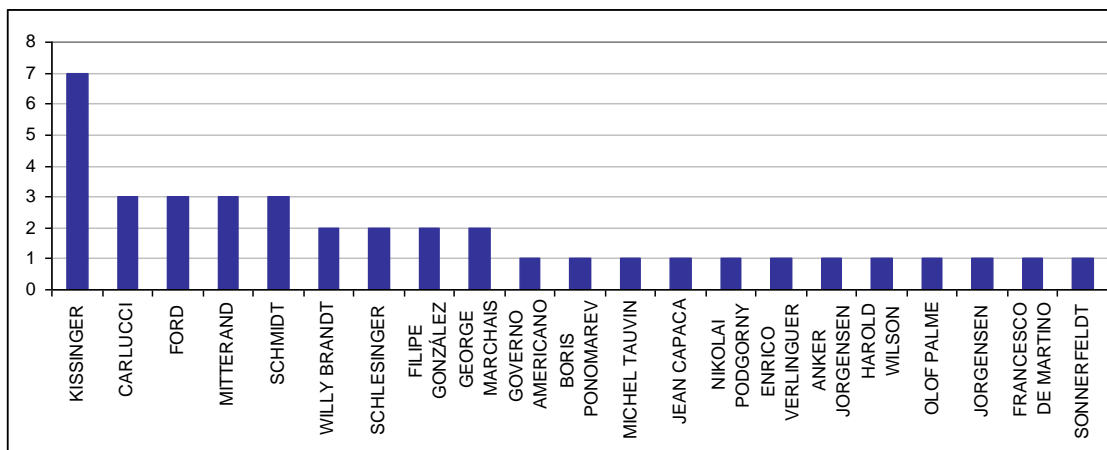
5.3 – Os actores políticos americanos e a transição portuguesa para a Democracia

Nesta secção pretende-se efectuar uma análise dos resultados empíricos obtidos tendo por base as hipóteses formuladas anteriormente sobre os actores políticos internacionais (e americanos em particular) para dessa forma compreender qual a imagem transmitida pelo NYT ao Mundo sobre a revolução portuguesa. Será interessante averiguar até que ponto o jornal de referência NYT concordou com as acções e ideias emitidas pelos políticos do seu país relativamente à situação portuguesa e compreender quais foram os actores políticos portugueses mais receados por Washington.

Apesar de a transição democrática portuguesa ter sido um fenómeno que conquistou a curiosidade de vários países em diferentes continentes, é possível acreditar que a cobertura mediática do NYT transmita que Kissinger foi o actor político internacional que mais se manifestou sobre a mudança política portuguesa (H3). As principais razões

para esta convicção prendem-se com o facto do jornal analisado ser americano, mas também porque o contexto internacional de Guerra Fria e o perigo de Portugal se tornar uma nação comunista foram algo que preocupou fortemente o Ministro dos Negócios Estrangeiros americano.

Gráfico 8 - Comentários de Actores Políticos Internacionais ao NYT



Para testar esta hipótese foram analisadas as respostas dadas à questão A55 do codebook que permite fazer uma contabilização do número de vezes que políticos internacionais são mencionados como fontes nas notícias analisadas sobre a transição para a democracia em Portugal.

Assim sendo, como é possível verificar no Gráfico 8, Kissinger é efectivamente o político internacional mais é mencionado como fonte sobre assuntos relacionados com a mudança política em Portugal e o número de vezes que Kissinger é mencionado como fonte é mais do dobro do que os políticos que aparecem em segundo lugar no gráfico 8 (Carlucci, Ford, Mitterrand e Schmidt). É importante referir que dos cinco principais políticos internacionais referidos como fonte sobre a transição política em Portugal, três deles são americanos (Kissinger, Ford e Carlucci). Neste gráfico é possível notar a presença de vários líderes socialistas tais como Mitterrand, Willy Brandt e Olof Palme que conversaram com o NYT sobre a transição portuguesa quando estiveram presentes em Portugal durante 1976 para um congresso do Partido Socialista europeu e aproveitaram para manifestar o seu apoio ao partido socialista português e ao seu líder, Mário Soares. Essa situação pode ser verificada na notícia do NYT relativa ao dia 19 de Janeiro de 1976, na qual Willy Brandt esclarece que os socialistas europeus estão dispostos a ajudar o PS e Soares:

“Mr. Brandt said that assistance to the Socialists in Portugal would be stepped up and there were indications from other sources that the Socialists would extend more financial to Socialists in Spain.”

Após verificar que Kissinger foi o actor político internacional que mais se manifestou junto do NYT sobre a transição portuguesa, importa agora testar (H3a) se a cobertura mediática do NYT corrobora a literatura e se Kissinger foi efectivamente a principal voz das críticas e receios americanos relativamente à situação política portuguesa. (A75).

Tal como é possível verificar na Tabela 8, Kissinger é sem dúvida a voz da política americana por excelência a exprimir cepticismo e discórdia relativamente à situação política em Portugal. É também importante salientar os nomes mencionados na coluna A75 que dizem respeito aos actores/intuições políticas portuguesas que são alvo da discórdia americana: o Partido Comunista Português, Otelo Saraiva de Carvalho – líder do COPCON, Vasco Gonçalves e Álvaro de Cunhal – líder do PCP. Destaque-se que as críticas que aparecem na imagem abaixo atribuídas a “actores políticos americanos” dizem respeito a autores de críticas que não são identificados, só se sabe que fazem parte da diplomacia e política americana.

Tabela 8 - Cepticismo dos actores políticos americanos relativamente a actores políticos portugueses

| | Cepticismo Actores Políticos Americanos (A74) | Alvo do Cepticismo dos Actores Políticos Americanos (A75) | | | |
|-------------------------------------|---|---|-------------------|-----------------|---------------|
| | | PCP | Otelo S. Carvalho | Vasco Gonçalves | Álvaro Cunhal |
| Kissinger | 21 | 10 | 5 | 7 | 3 |
| Carlucci | 13 | 4 | 2 | 7 | 1 |
| Actores Políticos Americanos | 30 | 17 | 6 | 5 | 2 |
| | Percentagem | 45% | 18,9% | 27,5% | 8,7% |

Também é interessante na mesma tabela (8) a percentagem de cepticismo que é atribuída a cada um. Desta forma fica bastante claro que o PCP é de longe o principal alvo do cepticismo dos actores políticos americanos (45%), seguindo-se depois Vasco

Gonçalves (27,5%), Otelo (18,9%) e Cunhal (8,7%). Todas estas figuras estão intimamente ligadas ao receio americano de implementação de um regime comunista em Portugal, um país da Europa Ocidental e membro da NATO e no qual os EUA possuíam interesses geopolíticos e geoestratégicos dos quais não pensavam em abdicar.

Passando para a análise da H3b e tendo por base a teoria de Entman (1993) sobre os meios de comunicação americanos durante o período de Guerra Fria, importa testar se efectivamente houve sintonia entre as opiniões e acções dos actores políticos americanos relativamente à política portuguesa e o jornal NYT, ou seja, interessa verificar se quando os actores políticos americanos utilizaram o NYT para fazer comentários ou explicar acções levadas a cabo no contexto da política portuguesa, o jornal se declarou favorável às acções dos políticos do seu país, mostrando-se favorável às opiniões ou acções emitidas ou realizadas no contexto da democratização portuguesa.

Tabela 9 - Actores Políticos Americanos e NYT

| Acções/Opiniões Actores Políticos Americanos (A69) | NYT favorável a acções/opiniões Actores Políticos Americanos (A70) | NYT neutro relativamente a acções/opiniões Actores Políticos Americanos (A70) | NYT contra acções/opiniões Actores Políticos Americanos (A70) |
|---|---|--|--|
| 23 | 11 (48%) | 10 (43%) | 2 (8,7%) |

Como é possível verificar no Tabela 9, foi possível aferir quantas vezes, na amostra de notícias analisada, existiu a emissão de opiniões ou comentários sobre acções levadas a cabo por actores políticos americanos sobre a transição política para a democracia e quantas vezes o jornal *The New York Times* se mostrou favorável, neutro e contra às opiniões ou acções dos actores políticos americanos. A Tabela 9 demonstra-nos que esta hipótese é legítima porque o jornal demonstrou-se favorável às acções e opiniões dos seus políticos em (48%) das notícias. Note-se que nas situações em que o jornal não se mostrou favorável, o jornal optou maioritariamente por uma postura de neutralidade (43%) e apenas numa pequena percentagem das vezes se mostrou contrário às acções e opiniões dos políticos do seu país (8,7%).

Como conclusão que é possível afirmar a teoria de Entman (1993) relativamente aos *framings* da transição portuguesa é comprovada, uma vez que o NYT aproveitou a maioria das deixas dos actores políticos americanos para criticar a situação política portuguesa e atribuir culpas ao PCP (H3b) e aos actores políticos da esquerda e extrema-esquerda – o que, segundo Norris (1993) também nos indica que os actores mencionados na tabela 9 são tidos como os inimigos portugueses dos Estados Unidos.

Após efectuar a análise empírica das hipóteses deste estudo, importa agora tentar dar resposta à outra questão à qual esta dissertação procura ajudar a dar uma resposta: Como é efectuada a cobertura mediática das transições para a democracia que ocorrem através de processos revolucionários?

5.4 – O arquétipo das transições para a Democracia por Revolução

Tal como foi abordado anteriormente, o processo de democratização em Portugal aconteceu tendo por base uma revolução e a literatura atribui diferentes designações para esse fenómeno: *reform through rupture* (Munk & Leff, 1997:353), *transition through rupture* (Share, 1987:525) ou, segundo a tipologia eleita para este estudo, *transplacement* (Huntington, 2009:40). Este tipo de democratizações ocorrem quando a oposição democrática toma a iniciativa de derrubar o governo e democratizar o país e consegue fazê-lo porque é mais forte do que o regime ditatorial. Foi exactamente esta a situação que ocorreu em Portugal quando o MFA derrubou Marcelo Caetano e todo o governo do Estado Novo e devolveu a democracia a Portugal após quatro décadas de ditadura.

Inicialmente seria lógico acreditar que cobertura mediática deste tipo de fenómenos pode ser algo pessimista devido à incerteza relativamente ao seu sucesso: estes processos são iniciados sem o consentimento dos representantes da ditadura e pode haver o uso de força para tentar parar o golpe dos reformistas (Share, 1987: 530) mas nos casos de sucesso, as elites da ditadura não conseguem controlar o impulso para democratizar e em muitos casos são punidas e excluídas do novo sistema político (Munck & Leff, 1997:357). A análise da H1 demonstra que o pessimismo esteve efectivamente presente na cobertura da transição revolucionária portuguesa, uma vez número de notícias negativas é bastante elevado, especialmente no período compreendido entre 11 de Março de 1975 e 25 de Novembro de 1975 e através desta

hipótese também foi possível comprovar que a cobertura mediática transmitiu cepticismo relativamente à situação política portuguesa e aos actores políticos nacionais e que houve a publicação de um grande número de notícias com uma carga negativa bastante forte.

Abordando a questão dos actores políticos em particular, a tipologia de Huntington (2009) inclui os *standpatters* que são os conservadores que não querem democratizar o país (no caso português, os membros mais conservadores do Estado Novo, ou o grupo dos salazaristas), os *liberal reformers* que defendem a realização de reformas para alcançar um modelo de democracia limitada (nesta caso, Marcelo Caetano, que levou a cabo uma tentativa de efectuar esse mesmo procedimento durante a primavera Marcelista), os *democratic reformers* (encabeçados pela Ala Liberal que surgiu na Assembleia da República nos anos do Marcelismo), os *democratic moderates* (cujos principais membros eram os partidos moderados e os seus líderes, nomeadamente o PS e PPD, bem como os moderados do MFA, tais como o Grupo dos Nove) e os *revolutionary extremists* (representados pelo PCP e partidos à sua esquerda, bem como as facções mais à esquerda do MFA, das quais fazem parte Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho).

Através dos resultados empíricos obtidos nas hipóteses testadas no capítulo anterior é possível compreender que o NYT transmite cepticismo relativamente à generalidade dos actores políticos especialmente no período compreendido entre 11 de Março de 1975 e 25 de Novembro de 1975 (H1). Após 11 de Março de 1975, quando há uma maior radicalização do processo revolucionário, o PCP é a instituição política portuguesa mais criticada pelo NYT, e este partido é seguido pelas personalidades de Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho e pelo MFA, a instituição da qual fazem parte os dois actores políticos mencionados anteriormente, o que permite verificar que os principais alvos de críticas (e também de mediatismo) neste período eram os comunistas e as facções mais à esquerda do MFA (H2).

Como é possível verificar na análise da mesma hipótese, após o 25 de Novembro de 1975, Soares e o seu partido tornam-se a personalidade e instituição mais mediáticas da democratização portuguesa e contrariamente ao que havia acontecido com o PCP e com as personalidades mais à esquerda do MFA, o mediatismo de Soares e o seu partido

nunca foi especialmente associado a críticas – o que é possível verificar se for feita uma comparação com os gráficos 6 e 7 nos quais é possível ver quais os actores políticos portugueses que sofreram mais críticas por parte do NYT e quais aqueles que foram mais mediatizados pelo mesmo jornal.

Em suma, esta análise seminal permite-nos adiantar, ainda que de forma muito pouco consistente por ser apenas a análise de um caso isolado, que a cobertura mediática das transições por revolução é poderá ser marcadamente pessimista, talvez pelas incertezas que acarreta e pela forma como os actores políticos mais extremistas são temidos durante estes momentos em que a situação política dos países se encontra mais destabilizada. Nas democratizações por *transplacement*, os *revolutionary extremists* são as personalidades mais criticadas e que provocam mais receio junto dos meios de comunicação social e os *democratic moderates* também são alvo de bastante mediatismo mas no geral não são alvo de críticas e são vistos como a alternativa governativa verdadeiramente democrática. Na cobertura mediática do NYT da revolução portuguesa, foram essencialmente estes dois grupos de actores políticos a serem mediatizados, sendo que a elite ditatorial e os grupos mais conservadores foram mais ignorados pelo jornal, provavelmente devido às próprias características da transição portuguesa que principalmente após o 11 de Março de 1975, virou todo o seu sistema político à esquerda e deixou os grupos mais conservadores um pouco à margem do processo até ao contra-golpe de 25 de Novembro de 1975 e o fim da ameaça comunista.

Capítulo 6 – Conclusões

A presente dissertação propôs-se a tentar compreender a forma como a imprensa de referência dos Estados Unidos da América, num contexto de Guerra Fria, efectuou a cobertura do processo de transição para a democracia em Portugal que especialmente no ano de 1975 – o ano do furacão revolucionário (Silva, 2013) – foi particularmente atribulada e marcada pelo perigo real de Portugal, um país da Europa Ocidental e membro fundador da NATO, se converter numa democracia popular. Para além dessa questão, este estudo procurava igualmente tentar ajudar a compreender a forma como é feita a cobertura mediática das transições para a democracia que ocorrem através de revoluções ou fenómenos de *transplacement* (Huntington, 2003) que, por serem iniciados contra a vontade do regime ditatorial vigente, acarretam muito mais incertezas do que as transições negociadas entre conservadores e reformistas, tal como aconteceu no caso espanhol.

Este estudo consistiu na análise de 244 notícias sobre política nacional e internacional portuguesa (com excepção de notícias sobre as colónias e processos de independência das mesmas, bem como notícias sobre Portugal e outros países que não os EUA e URSS) presentes no jornal americano *The New York Times* durante o período de transição para a Democracia (25 de Abril 1974 até 25 de Abril de 1976). A análise foi efectuada com recurso a um codebook e consistiu numa análise qualitativa da cobertura mediática da transição portuguesa. Esta análise ainda foi complementada com exemplos das notícias analisadas para que pudesse ser acrescentado valor a este estudo.

A principais conclusões a retirar deste estudo é que o período compreendido entre 11 de Março de 1975 e 25 de Novembro de 1975, o período de maior radicalização do processo revolucionário e aquele em que a ameaça de Portugal se tornar um país comunista está mais presente, foi aquele em que o jornal se demonstrou mais céptico relativamente à política portuguesa e aos actores e instituições políticas – o que também corrobora a teoria de Entman (1993) que afirma que os jornais americanos criavam *framings* negativos sobre a Guerra Fria para atribuírem juízos de valor relativamente à ameaça comunista. Ao nível dos actores políticos, fica bastante claro que o NYT utiliza a estratégia descrita por Norris (1995) e nomeia algumas personalidades como inimigas da democracia e dos EUA e essas personalidades são basicamente os actores políticos

ligados à esquerda e extrema-esquerda, tais como Álvaro Cunhal e respectivo partido ou a troika formada por Vasco Gonçalves, Otelo Saraiva de Carvalho e Costa Gomes.

Kissinger foi o actor político americano por excelência a exprimir-se sobre os acontecimentos em Portugal entre 1974-1976 e fê-lo muito mais do que Carlucci, o embaixador americano em Portugal, que tinha uma perspectiva mais moderada sobre os acontecimentos em Portugal e mais esperança sobre o sucesso da democratização portuguesa. Esse factor reflectiu-se na cobertura mediática, uma vez que Carlucci não passou uma imagem tão negra para a comunicação social como o secretário de Estado Americano.

Relativamente ao arquétipo das transições para a democracia iniciadas através de revoluções, o caso português diz-nos que a cobertura mediática destes fenómenos poderá ser marcadamente negativa. Nestas transições, os actores políticos que representam os *revolutionary extremists* são as personalidades mais criticadas e que provocam mais receio junto dos meios de comunicação social e os *democratic moderates* são alvo de bastante mediatismo mas no geral não são alvo de críticas e são vistos como a alternativa governativa democrática

Em suma, esta dissertação comprova que os EUA tiveram receio que Portugal, após iniciar um processo de transição para a Democracia de forma inesperada e com um golpe de estado militar, se tornasse o “cavalo de Tróia” da NATO e do Ocidente e os meios de comunicação americanos, mesmo o jornal liberal e de referência *The New York Times*, passaram uma imagem francamente negativa e pouco esperançosa de uma implementação bem-sucedida da democracia em Portugal, sendo que devido às características já mencionadas do NYT, é passível de crer que os restantes meios de comunicação americanos tenham feito uma cobertura ainda mais negativa dos acontecimentos políticos em Portugal entre os anos de 1974 e 1976.

Após efectuar a presente dissertação, é possível enumerar algumas pistas para investigações futuras relacionadas com o tema desta dissertação. Primeiramente, seria interessante efectuar um estudo comparativo da cobertura mediática portuguesa e espanhola, uma vez que apesar de serem países geograficamente e culturalmente próximos e de terem vivido os seus processos de democratização na mesma década,

viveram esta mudança de forma muito distinta – Portugal viveu um período de radicalização revolucionária enquanto a democratização espanhola foi negociada entre o regime ditatorial e os actores democráticos; um outro estudo interessante de realizar seria estudar a cobertura mediática portuguesa (e espanhola também, caso seja apropriado), não só num jornal, mas em vários jornais de diferentes países e que sejam reconhecidos como jornais liberais e conservadores, de forma a aferir se a cobertura dos jornais conservadores foi mais pessimista do que a cobertura dos jornais liberais. A terceira e última pista para investigação futura está relacionada com as tipologias de transição para a democracia, uma vez que nesta tese se efectuou um estudo seminal sobre a cobertura das transições por *transplacement* (Huntington, 2009) e seria interessante efectuar o mesmo estudo para outros casos semelhantes de forma a encontrar padrões e fazer igualmente o estudo da cobertura mediática das outras formas de transição democrática: *replacement* e *transformation*, de forma a aferir qual o tipo de transição mais mediática e qual destes fenómenos acarreta mais pessimismo e optimismo.

Referências

Althaus, S. L.; Edy, J. A. & Phalen, P. F. (2001) “ Using Substitutes for Full-Text News Stories in Content Analysis: Which Text is Best?”, *American Journal of Political Science*, Vol. 3, No. 45, p. 707-723.

Altheide, D. L. (1996) *Qualitative Media Analysis, Qualitative Research Methods*, Volume 38, London: Sage Publications.

Amaral, D. F. (1995) *O Antigo Regime e a Revolução*, Venda Nova: Bertrand / Nomen

Avillez, M. J. (1996) *Soares - Ditadura e Revolução*, Círculo de Leitores.

Bardin, Laurence (1977) *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70.

Boggs, C. & Plotke, D. (1980) *The Politics of Eurocommunism*, Quebec: Black Rose Books.

Brewer, P. R.; Graf, J. & Willnat, L. (2003) “Priming or Framing: Media Influence on Attitudes toward Foreign Countries”, *Gazette: The International Journal for Communication Studies*, Vol. 65, No. 6, p. 493-508.

Brito, A. B.; González-Enriquez, C. & Fernández, P. A. (2004) *Política da Memória – Verdade e Justiça na Transição para a Democracia*, Imprensa de Ciências Sociais.

Carvalho, O. S. (1998) *Alvorada em Abril*, Lisboa: Editorial Notícias

Cerezales, D. P. (2003a) *O Poder Caiu na Rua – Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa - 1974-1975*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Cerezales, D. P. (2003b) “Um caso de violência política: o “Verão Quente” de 1975”, *Análise Social*, Vol. 37, No. 65, p. 1127-1157.

Chin, D. C. (1994), “On the Third Wave of Democratization: A Synthesis and Evaluation of Recent Theory and Research”, *World Politics*, Vol. 47, No. 1, p. 135-170.

Cohen, W. (1995) *The Cambridge History of American foreign relations – America in the age of soviet power, 1945-1991*, volume 4, Cambridge University Press.

Cunhal, A. (1999) *A verdade e a Mentira na Revolução de Abril*, Lisboa: Avante!

Dahl, R. A. (2000) *A Democracia, Memórias do Mundo*.

Dahl, R.; Shapiro, I. & Cheibug, J. (2003) *The Democracy Sourcebook*, Massachusetts Institute of Technology.

de Vresse, C. H. (2005) “News Framing: Theory and Tipology”, *Information design journal + document design*, Vol. 20, No. 3 , 283-301.

Di Palma, G. (1990) *To Craft Democracies*, University of California Press.

Deacon, D.; Pickering, M.; Golding, P. & Murdock, G. (1999) *Researching Communications – A Practical Guide To Methods In Media And Cultural Analysis*, London: Arnold.

Diamandouros, N. & Gunther, R. (2001) *Parties, politics and Democracy in the New Southern Europe*, The John Hopkins University Press.

Diamond, E. (1993) *Behind The Times: Inside the New York Times*, New York: Villard Books.

Druckman, J. N. (2001a) “On The Limits of Framing Effects: Who Can Frame?” *The Journal of Politics*, Vol. 63, No. 4, p. 1041-1066.

Druckman, J. N. (2001b) “Media Matters: How Newspapers and Television News Cover Campaigns and Influence Voters”, *Political Behaviour*, Vol. 23, No. 3, p.225-256.

Encarnación, O. G. (2001) “Spain After Franco – Lessons in Democratization”, *World Policy Journal*, Vol. 18, No. 4, p. 35-44.

Entman, R. M. (1993) “Framing: Towards Clarification of a Fractured Paradigm”, *Journal of Communication*, Vol. 43, No. 4, p. 51-58.

Fernandes, T (2006) *Nem Ditadura, nem Revolução. A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974)*, Lisboa: Assembleia da República e Publicações Dom Quixote

Gamson, W. A. & Modigliani, A. (1994) The changing culture of affirmative action, In P. Burstein (Ed.). *Equal Employment Opportunity: Labor Market Discrimination and Public Policy* (pp. 373-394). New York: Aldine de Gruyter.

Garthoff, R. L. (1985) *Détente and Confrontation: American – Soviet Relations from Nixon to Reagan*, Washington: The Brookings Institute.

Geddes, B. (1999) “What do we know about Democratization after twenty years?” *Annual Review of Political Science*, Vol.2, p. 115-144.

Goffman, E. (1974) *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. New York: Harper & Row, Publishers.

Gomes, B. & Sá, T. M. (2008) *Carlucci vs. Kissinger: Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Alfragide: D. Quixote.

Graber, D. A. (1976) “Press and TV as Opinion Resources in Presidential Campaigns”, *The Public Opinion Quarterly*, Vol. 40, No. 3, p. 285-303.

Groseclose, T. & Milyo, J. (2004). *A Measure of Media Bias*. UCLA Department of Political Science, 1(1), 1-34. Retrieved March 28, 2011, from <http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/groseclose/Media.Bias.8.htm>

Gunther, R. & Mughan, A. (2000) *Democracy and the Media – A Comparative Perspective*, Cambridge University Press.

Henry, P. & Moscovici, S. (1968) “Problèmes de l'analyse de contenu”, *Langages* 11, p. 36-60. Paris: Didier/Larousse.

Huntington, S. P. (1993) *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*, Norman, Oklahoma University Press.

Huntington, S. P. (2009) “How Countries Democratize”, *Political Science Quarterly*, Vol. 14, No. 1, p. 31-69.

Jalali, C. (2007) *Partidos e Democracia em Portugal 1974-2005*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Karl, T. L. and Schmitter, P.C. (1991) "Modes of transition in Latin America, Southern and Eastern Europe", *International Social Science Journal*, Vol. 43, No. 2, p. 269-284.

Kevin, D. (2003) *Europe in the Media*, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Krippendorff, K. (2004) *Content Analysis: An Introduction to its Methodology*, London: Sage Publications.

Linz, J. (1975) "Totalitarian and Authoritarian Regimes", *Handbook of Political Science*, Vol.3, p. 175-411.

Linz, J. J. & Stepan, A. (1992) "Political Identities and Electoral Sequence in Spain, the Soviet Union and Yugoslavia" *Daedalus*, Vol. 2, No.121, p.123-139.

Linz, J. J. & Stepan, A. (1996) *Problems of Democratic Transition and Consolidation – Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*, The Johns Hopkins University Press.

Lipset, S. M. (1963) *Political Man: The Social Bases of Politics*, Garden City, New York: Anchor Books.

Luís, R. (2012) "Diversificando las fuentes de información. El uso de los medios extranjeros en la prensa española ante el estallido de la revolución portuguesa", Working Paper.

McGowan, W. (2010) *Gray Lady Down: What the Decline and Fall of the New York Times means for America*, New York: Encounter Books.

Mainwaring, S. (1989) "Transitions to Democracy and Democratic Consolidation: Theoretical and Comparative Issues", The Helen Kellogg Institute for International Studies, Working Paper #130.

Marinho, A. L. (2011) *1961 – O Ano Horrível de Salazar, Maia: Temas e Debates*, Circulo de Leitores

Maxwell, K. (1976) "The Thorns of the Portuguese Revolution", *Foreign Affairs*, Vol. 54, No.2, p. 250-270

Maxwell, K. (1995) *A Construção da Democracia em Portugal*, Lisboa: Editorial Presença.

McCombs, M.; Shaw, D. L. & Weaver, D. (1997) *Communication and Democracy: Exploring the Intellectual Frontiers on Agenda-Setting Theory*, Nova Jérícia: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Milhazes, J. (2013) *Cunhal, Brejnev e o 25 de Abril*, Alfragide: Publicações D. Quixote,

Milne, M. M. & Adler, R. W. (1999) “Exploring the Reliability of Social and Environmental Disclosures Content Analysis”, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 12, No. 2, p. 237-247.

Monclaire, S. (2001) “Democracia, Transição e Consolidação: Precisoões Sobre Conceitos Bestializados”, *Revista de Sociologia e Política*, Vol. 17, p. 61-74.

Munck, G. L. & Leff, C. S. (1997) “Modes of Transition and Democratization: South America and Eastern Europe in Comparative Perspective”, *Comparative Politics*, Vol. 19, No. 3, p. 343-362.

Neuendorf, K. A. (2002) *The Content Analysis Guidebook*, Londres: Sage Publications.

Norris, P. (1995) “The restless searchlight: Network News Framing of the Post-Cold War”, *Political Communication*, Vol.12, No.4, p.357-370

Norris, P. (2000) *A Virtuous Circle: Political Communication in Post-Industrial Societies*, Cambridge University Press.

O'Donnell, G. & Schmitter, P. (1986) *Transitions from Authoritarian Rule – Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*, The John Hopkins University Press.

O'Donnell, G., Schmitter, P. & Whitehead, L. (1986) *Transitions from Authorian Rule – Southern Europe*, The John Hopkins University Press.

Oldberg, I. (1982) “The Portuguese Revolution of 1974-75 and U.S. Foreign Policy”, *Cooperation and Conflict*, Vol. 17, p. 179- 189.

Palma, G. D. (1990) *To Craft Democracies: An Essay on Democratic Transitions*, University of California Press.

Patterson, T. (1993) *Out of Order*, New York: Knopf.

Patterson, T. (2000) *Doing well and doing good: How soft news and critical journalism are shrinking the new audience and weakening democracy—And what news outlets can do about it* (Faculty Research Working Paper Series, RWP01-001). Cambridge, MA: John F. Kennedy School of Government, Harvard University

Pero, M. D. (2001) “Which Chile? Allende?” *Henry Kissinger and the Portuguese Revolution*”, *Cold War History*, Vol.11, No.4, p.625-657.

Pinto, A. C. (2006) “Authoritarian legacies, transitional justice and state crisis in Portugal’s democratization”, *Democratization*, Vol. 13, No 2, p. 173-204.

Pons, S. (2006) *Berlinguer e la fine del comunismo*, Torino: Einaudi

Popper, K. (1962) *The Open Society and Its Enemies*, Londres: Routledge and Kegan Paul.

Pridham, G. (1991) *Encouraging Democracy – The International Context of Regime Transitions in Southern Europe*, Leicester University Press.

Przeworski, A., Moisés, J. A.& Albuquerque, J. A. G. (1989) *Dilemas da Consolidação da Democracia*, São Paulo: Paz e Terra.

Rabinowitch, A. (1976) *The Bolsheviks come to Power: The Revolution of 1917 in Petrograd*, Nova Iorque: W. W. Norton and Company.

Rezola, M. I. (2007) *25 de Abril – Mitos de uma Revolução*, Lisboa: A Esfera dos Livros.

Riffle, D. & Freitag, A. (1997) “A Content Analysis of Content Analyses: Twenty Years Of Journalism Quarterly”, *Journalism and Mass Communications Quarterly*, Vol.74, No.3, p. 513-524.

Robinson, M. J. (1976) “Public Affair Television and the Growth of Political Malaise: The case of “The Selling of the Pentagon””, *The American Political Science Review*, Vol. 70, No.2, p. 409-432.

Rosas, F. (1998) Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976) Organizado por Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea de Lisboa, Edições Colibri.

Roskin, Michael (1978) “Spain Tries Democracy Again”, Political Science Quarterly, Vol. 93, No.4, p. 629-646.

Rozell, M. J. (1994) “Press Coverage of Congress: 1946-1992” In T. M. a. N. Ornstein (Ed.) “Congress, the Press and the Public” (pp.59-129), Washington, D.C.: Brookings Institution/ American Enterprise Institute.

Sablosky, J. A. (2000) PS e a Transição para a Democracia, Lisboa: Editorial Notícias.

Schmitter, P. C. & Karl, T. L. (1991) “What Democracy is... and is not”, Journal of Democracy, Vol.2, p. 75-88.

Schmitter, P. C. (1999) Portugal: do Autoritarismo à Democracia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Schumpeter, J. (1942) Capitalism, Socialism and Democracy, New York: Harper and Brothers.

Schneidman, W. W. (2005) Confronto em África – Washington e a Queda do Império Colonial Português, Lisboa: Tribuna da História.

Share, D. (1987) “Transitions to Democracy and Transitions through Transaction”, Comparative Political Studies, Vol.19, No.4, p. 525-548.

Shaw, E. (1979) “Agenda-Setting and Mass Communication Theory”, Gazette: The International Journal for Mass Communication Studies, Vol.25, No.2, p. 96-105.

Schudson, M. (2007) “The Concept of Politics in Contemporary U.S. Journalism”, Political Communication, Vol. 24, No.2, p. 131-142.

Silva, J. C. (2013) 1975 – O Ano do Furacão Revolucionário, Lisboa: Porto Editora.

Soares, M. (2011) Um Político Assume-se, Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates.

Story, J. (1976) "Portugal's Revolution of Carnations: Patterns of Change and Continuity", *International Affairs*, Vol. 52, No. 3, p. 417-433.

Szulc, T. (1976) "Lisbon & Washington: Behind the Portuguese Revolution", *Foreign Policy*, No. 21, p. 3-62.

Teixeira, N. S. (1995) "Portugal e a Nato: 1949-1989", *Análise Social*, Vol. 30, No.133, p. 808-818.

Varela, R. (2009) "A Revolução portuguesa de 1974-1975 e o seu impacto na transição espanhola para a Democracia vista através da imprensa clandestina espanhola", *Espacio, Tiempo y Forma, Série V*, t.21, p. 267-288.

Varela, R. (2011) *História do PCP na Revolução dos Cravos*, Lisboa: Bertrand Editora

Varela, R. (2011b) "The Portuguese Communist Party and the Labour Movement in the Beginning of the Carnation Revolution (April-September 1974)" *Twentieth Century Communism*, Vol. 3, No. 2, p. 92-113.

Varela, R. (2012a) *Revolução ou Transição: História e Memória da Revolução dos Cravos*, Lisboa: Bertrand Editora

Varela, R. (2012b) "Um, dois, três MFA...":o Movimento das Forças Armadas na Revolução dos Cravos - do prestígio à crise", *Revista Brasileira de História*, Vol. 32, No. 63, p.403-425

Weingast, B. R. (2000) "Constructing Self-Enforcing Democracy in Spain", Working Paper.

Yale, L. & Gilly, M. (1988) "Trends in Advertising Research: a look at the content of marketing-orientated journals from 1976 to 1985", *Journal of Advertising*, Vol.17, No.1, p. 12-22.